

14 NOV. 1974

SINDICALISTAS SOVIÉTICOS CONTACTAM COLEGAS PORTUGUESES

CHEGOU, ao princípio da tarde, ao aeroporto de Lisboa, uma delegação de sindicalistas soviéticos que, a convite da Intersindical, vem ao nosso País para contactar dirigentes de vários sindicatos e trabalhadores em geral. A delegação, que representa o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, é composto por Vladimir Bogatikov, secretário daquele Conselho, Boris Ave-rianov, director do seu departamento internacional, e Ale-xei Ovsiannikov.

No aeroporto, além de funcionários da Embaixada soviética e do cônsul daquele país em Lisboa, a delegação era aguardada por representantes da Intersindical.

16 NOV. 1974

Sindicalistas soviéticos trabalham no Porto

OS três sindicalistas soviéticos que se encontram de visita ao nosso país, a convite da Intersindical, tiveram, esta manhã, uma sessão de trabalho, com carácter privado, com sindicalistas nortenhos, na sede da União dos Sindicatos do Porto.

Aquela delegação, que representa o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e é composta por Vladimir Bogatikov, Boris Averlanov, director do departamento internacional e Alexi Ovs-lannikov, chegou ontem a Pedras Rubras, onde era aguardada por João Fonseca, Ângelo Costa e A. Gaspar, respectivamente dos Sindicatos dos Bancários, Gráficos e Cerâmicos.

Depois da troca de cumprimentos, os visitantes dirigiram-se à S. E. P. S. A., em Leça do Balio, onde tiveram uma demorada troca de impressões com os trabalhadores daquela empresa, após o que foram recebidos no Instituto de Vinho do Porto — onde foram alvos de uma recepção — visitando em seguida a Fábrica de Cerâmica de Valadares.

O último número da agenda de trabalhos de ontem incluiu uma reunião com sindicalistas do Porto, que se realizou durante um plenário promovido pela União dos Sindicatos e que decorreu na sede dos profissionais de seguros.

Os visitantes soviéticos regressaram esta tarde a Lisboa.

23 NOV. 1974



Marques dos Santos, Carlos Carvalho e Pedro Cortes falando aos jornalistas na reunião promovida pela União de Sindicatos do Sul

DEFENDER O PLURALISMO SINDICAL É OBJECTIVAMENTE FAZER O JOGO DOS QUE OPRIMIRAM O POVO PORTUGUÊS —AFIRMAM DIRIGENTES DA UNIÃO DE SINDICATOS DO SUL

Dirigentes da União dos Sindicatos do Sul disseram ontem que «defender o pluralismo sindical, baseando-se em democraticismos e desprezando toda uma prática sindical de há longos anos, que os trabalhadores portugueses têm vindo a demonstrar através do movimento sindical unitário e independente — Intersindical — é pretender enfraquecer a sua luta, é objectivamente fazer o jogo daqueles que, durante cerca de meio século, oprimiram o povo português».

A afirmação foi feita ao decorrer de uma conferência de Imprensa, na Intersindical, convocada pelo secretário daquela União, a propósito do projecto de lei, sobre associações sindicais, recentemente apresentado pelo Governo e de declarações publicadas na Imprensa diária por parte de grupos que «dizem falar em nome dos trabalhadores». No entanto, acentuou um dos dirigentes presentes, «os trabalhadores não percebem que depois do 28 de Setembro ainda haja quem defenda o pluralismo sindical, quando a unidade é a única forma de barrar o passo à reacção».

Numa declaração apresentada por Carlos Carvalho, que estava ladeado por Marques dos Santos e Pedro Cortes, sublinha-se que «defender princípios de organização sindical que contrariem os interesses dos trabalhadores, através da manipulação dos conceitos abstractos de «democracia» e «liberdade sindical», é demagogia, é oportunismo» e que «sendo o sindicato a organização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses de classe, estes conceitos, hão-de ter um conteúdo» e que este «deve obedecer a um princípio evidente, a acção colectiva na defesa dos interesses comuns».

Princípios fundamentais

Carlos Carvalho disse, na declaração, que «liberdade sindical é a liberdade de acção, a liberdade de definir democraticamente as acções a empreender» e acrescentou que «defender a divisão dos trabalhadores é a forma mais eficaz de possibilitar ao patronato o aumento da exploração que exerce e contrariar os princípios de justiça social definidos no Programa do M.F.A.», pelo que «os trabalhadores combaterão firmemente todas as manobras, que, em seu nome ou no de princípios para a conquista dos quais desde há muito vêm lutando, tendam a confundir, para manusear, a opinião pública, com fins profundamente contrários aos seus interesses».

Lembrou então que o plenário da Intersindical definiu claramente o conjunto dos princípios que a lei das associações deverá consignar, ou sejam, o princípio da unidade sindical, o da plena independência e autonomia das organizações sindicais, os que sejam capazes de assegurar o funcionamento democrático dos sindicatos, as normas que protejam na acção sindical os delegados e os dirigentes, o direito de

acção sindical na empresa e a proibição e nulidade de qualquer acordo que limite a liberdade sindical dos trabalhadores. E terminou:

«Estamos empenhados em promover os mais amplos debates com o fim dos trabalhadores, através das suas estruturas sindicais, se manifestarem sobre estes princípios. Até ao momento, em todas as reuniões e assembleias efectuadas, têm sido apoiados inequivocamente. Podemos desde já afirmar estarmos confiantes nos resultados deste amplo debate nacional e em que a lei das associações sindicais tenha em conta a vontade dos trabalhadores.»

O projecto governamental defende em parte os interesses dos trabalhadores

Marques dos Santos, por outro lado, disse que o projecto de lei governamental em grande parte defende os mesmos interesses dos trabalhadores e está de acordo com princípios já aprovados por estes, nomeadamente no recente plenário da Intersindical, no Porto. No entanto, e essa é uma das principais críticas feitas pelas organizações sindicais, não consagra a unidade da base ao topo. Isto é, disse aquele dirigente, o projecto prevê a unidade a nível de Confederação, mas permite a divisão a nível de sindicatos.

Além disso, prosseguiu, o projecto devia ser mais preciso nas definições (o que é o trabalhador, o que é a entidade patronal, etc.) e dar maior defesa aos dirigentes sindicais e maior expressão à organização sindical nas empresas. Um aspecto muito importante e positivo, no entanto, é o do projecto apontar para a verticalidade na organização sindical, sublinhou Marques dos Santos.

Os dirigentes presentes na conferência de Imprensa disseram ainda que o projecto está a ser amplamente discutido nas bases e que as reuniões para debate continuarão até ao fim do mês, após o que a Intersindical elaborará um «dossier» com as sugestões dos trabalhadores e moções aprovadas por estes, que enviará ao Ministério do Trabalho.

«Não excluimos, todavia, a hipótese, antes a encorajamos, de os trabalhadores se manifestarem também directamente junto do Ministério. O que realmente interessa é que se compreenda como a unidade sindical é importante» — disse ainda Marques dos Santos, ao passo que Carlos Carvalho informou, que, fora do âmbito da Intersindical, numerosos sindicatos estavam igualmente a promover reuniões para debate do projecto-lei.

Os Bancários pronunciam-se pela unidade sindical

Entretanto, em reunião de associados do Sindicato dos Bancários de Lisboa, na qual foi discutido o

projecto de lei das associações sindicais, foi aprovada a seguinte proposta: «Considerando a importância da lei sindical, como definidora dos objectivos do movimento sindical português e a sua discussão pública como um acto positivo; considerando a tradição unitária das lutas dos trabalhadores contra o capitalismo monopolista e latifundiário; considerando que a lei sindical não contempla de forma inequívoca a consagração legal dessa tradição unitária de luta, propõe-se: que a lei consagre explicitamente a unicidade sindical; que em todo o articulado do projecto de lei sindical seja realçado o aspecto formal dessa unicidade, de modo a evitar interpretações dúbias ou oportunistas.»

Também numa reunião geral de delegados do mesmo sindicato foi aprovada uma moção de teor semelhante.

23 NOV. 1974

INTERESSES DOS TRABALHADORES

A União dos Sindicatos do Sul
contra o projecto de lei sindical

O simples facto de dez por cento dos trabalhadores de um sector profissional poderem fazer o seu sindicato à parte levanta riscos que põem em causa o próprio esforço de democratização decorrente do 25 de Abril.

Assim pensa a União dos Sindicatos do Sul, cujos dirigentes promoveram, ontem, uma conferência de Imprensa nas instalações da Intersindical.

Segundo declararam, dissociar o futuro do País da unidade dos trabalhadores é permitir uma larga margem de acção àqueles que, não podendo virar o rumo do processo histórico por processos já falhados em 28 de Setembro, não deixarão de tentar travar a marcha dos acontecimentos.

Por certo, vão tentar «virar» os trabalhadores uns contra os outros, criando-lhes motivações e alvos reivindicativos diferenciados, e conduzindo-os a uma pulverização sindical que só terá como efeito um enfraquecimento da sua resposta, perante as manobras patronais, de acordo com o velho e bem conhecido princípio de «dividir para reinar».

Corroborando esta posição, Marques dos Santos, Carlos

Carvalho e Pedro Cortes, todos do secretariado da União dos Sindicatos do Sul, frisaram várias vezes, ao longo do encontro com os representantes dos órgãos da Informação, que em certos sectores profissionais é sempre possível, recorrendo a artimanhas e aliciantes de vária ordem, arranjar um trabalhador em cada dez que aceite contrariar o que os outros camaradas vão construindo em favor da sua classe.

Foi recordada a proliferação de sindicatos na França, Itália e outros países europeus do pós-guerra, com todas as graves consequências bem conhecidas nas lutas até hoje travadas contra o patronato, o qual, atento apenas aos seus interesses, não se dividiu em organizações e mais organizações.

Pelo contrário, quando a coesão de classe dentro das fronteiras já não respondia a todas as suas necessidades, o patronato não hesitou em criar pactos económicos internacionais que beneficiam grandemente os capitalistas.

Na sequência destas declarações a mesa da conferência distribuiu aos jornalistas vários documentos entre os quais uma fotocópia de uma pequena notícia publicada acerca da vinda a Portugal de Irving Brown, o

agente da C. I. A. que, em 1948-49, à custa de muita manobra e muito dólar conseguiu levar os trabalhadores italianos e franceses a dividirem-se e a criar inúmeros sindicatos inoperantes e mesmo hostis entre si.

Nessa notícia, informava-se que, segundo o «The Sunday Times», Portugal «está, neste momento, a causar inquietação ao Departamento de Estado americano», inquietações essas que a União dos Sindicatos do Sul não deixará de vigiar.

Reservas
ao projecto de lei

Reafirmando, embora, que o projecto de lei sindical elaborado pelo Governo Provisório defende, na generalidade, os interesses dos trabalhadores, a União dos Sindicatos do Sul entende que esses mesmos interesses não estão suficientemen-

te salvaguardados com uma unidade expressa apenas em «unidade de cúpula» e aponta como risco de consequências imprevisíveis a possibilidade que o projecto governamental faculte às empresas ver duplicada a exagerada representação sindical já existente. Os promotores da conferência de Imprensa chamaram, ainda, a atenção para a necessidade de se legislar uma protecção eficiente nas empresas aos dirigentes e delegados sindicais. Estranhou-se, também, que os legisladores não tenham tomado em consideração a tradição de luta e as circunstâncias específicas de trabalho nas empresas fabris do Estado.

Os operários destas empresas encontram-se em vias de perder o direito a uma organização sindical do tipo profissional e de serem remetidos para o estatuto sindical do funcionalismo público, o que faz tabular a luta de largos anos, e das próprias aspirações dos trabalhadores visados.

Em face destas reservas, encontra-se em discussão entre os trabalhadores de todo o País um esboço de projecto de lei elaborado pela Intersindical, que será apresentado ao Ministério do Trabalho logo que analisado e aprovado pelas assembleias gerais dos sindicatos.

Repudiando certos comunicações provenientes de organizações políticas e até de pessoas que se arrogam em falar em nome dos trabalhadores, mas não fazem mais do que difundir conceitos prejudiciais aos verdadeiros interesses dos mesmos trabalhadores, Marques dos Santos afirmou que o esboço de projecto de lei em discussão reflecte a moção aprovada por aclamação no plenário da Intersindical, realizado em Outubro, no Porto.

A referida moção defende o princípio da unidade sindical, o princípio da plena independência e autonomia das organizações sindicais, o funcionamento democrático dos sindicatos, a necessidade de se legislar normas que protejam, na acção sindical, os delegados e dirigentes sindicais, o direito de acção sindical na empresa e a proibição e anulação de qualquer acordo que limite a liberdade sindical dos trabalhadores.

28 NOV. 1974

A PULVERIZAÇÃO SINDICAL APENAS SERVE INTERESSES ALHEIOS AOS TRABALHADORES — declara a U. S. P.

PORTO, 28 — A União dos Sindicatos do Porto distribuiu um comunicado, onde, depois de se referir à discussão em curso sobre a lei das associações sindicais, se afirma a terminar: «Como ponto prioritário e saliente de todos esses debates, os trabalhadores destacam a vontade de ver consagrada legalmente a unidade sindical, certos que a pulverização de sindicatos apenas servirá interesses alheios aos seus. Quando todos os esforços se encaminham no sentido de mais unir os trabalhadores em torno dos seus interesses comuns, pretender dividi-los em nome do «pluralismo sindical» não pode deixar de lhes causar inquietação. Os trabalhadores não confundem liberdade sindical com liberalismo sindical. A liberdade de reunião, a liberdade de eleição dos dirigentes sindicais, de negociações, etc., foram reivindicações e direitos por que lutaram e continuam a lutar. Estão os trabalhadores unidos nessa luta sem olharem as possíveis diferenças religiosas ou políticas. Por que se não-de dividir perante o mesmo explorador? E quem vem agora

gritar pelo «pluralismo sindical»? Não são os trabalhadores! Por isso as centenas de telegramas e moções enviadas ao Governo Provisório e ao M. F. A. são unânimes em reclamar a consagração legal da unidade sindical.»

A posição dos trabalhadores de hotelaria

Cerca de meio milhar de trabalhadores de hotelaria, reunidos, ontem, no Instituto Superior Técnico para apreciar o projecto de lei das associações sindicais, actualmente em discussão pública, pronunciaram-se a favor da consagração, no texto definitivo daquele diploma, da unidade sindical. Nesse sentido foram aprovadas, por unanimidade e aclamação, uma proposta de alteração àquele projecto e uma moção.

O primeiro texto, que, segundo o desejo daqueles trabalhadores, passaria a constituir o n.º 4 do artigo 8, é do seguinte teor: «Não poderá constituir-se nenhuma organização sindical que vise representar trabalhadores cuja categoria já esteja representada por um organismo sindical do mesmo tipo. A moção, a ser enviada ao Ministério do Trabalho e à Comissão Coordenadora do M. F. A., torna a insistir para que «na respectiva lei seja defendida a unidade sindical» e que a mesma «não permita a divisão dos trabalhadores através de crenças religiosas ou políticas ou ideológicas».

Comunicado do Ministério do Trabalho

Entretanto, o Ministério do Trabalho acaba de divulgar um comunicado onde, de certo modo, se faz o ponto das posições dos trabalhadores face à unidade sindical. Assim, afirma-se no comunicado:

«Perante o projecto de lei das associações sindicais, actualmente em discussão por parte dos sindicatos, destacam-se com grande relevo, as to-

madas de posição de centenas de organismos sindicais, comissões de trabalhadores, de delegados nas empresas e de outras entidades, que se manifestam, sem reservas, a favor da unidade sindical.

Nos últimos dias, têm sido recebidos no Ministério do Trabalho centenas de telegramas, de todos os sectores de actividade e de vários pontos do País, apoiando a unidade e exigindo que a mesma fique bem expressa e seja claramente defendida na futura lei das associações sindicais.»

Depois de transcrever um telegrama do Sindicato dos Metalúrgicos — onde se salienta a importância da unidade sindical (e de uma central sindical única «para defesa dos trabalhadores frente ao capital e grandes monopólios» —, o comunicado do Ministério do Trabalho conclui:

«Entre as centenas de telegramas defendendo a unidade, enviados ao Ministério do Trabalho e a outros departamentos governamentais, destacamos os dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Escritórios do Distrito do Porto, Médicos, Marceiros do Porto, Economistas de Lisboa, Propaganda Médica do Norte, Mineiros do Pejão, Professores, União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, Caixeiros de Coimbra, Estaleiros Navais do Mondego, Produção de Cinema e Televisão, Hotelaria, Lanifícios da Covilhã, Construção Civil, Engenheiros do Norte, Metalúrgicos de Coimbra, Corticeiros do Montijo, Panificação (Secção do Barreiro), Conserveiros de Setúbal, Regentes Agrícolas, Jornalistas, Profissionais de Escritório de Lisboa, Bancários de Lisboa, Motoristas da Marinha Mercante (delegação de Setúbal), União dos Sindicatos de Coimbra, Técnicos de Desenho e muitíssimos outros organismos sindicais, comissões pré-sindicais, comissões de trabalhadores e simples trabalhadores que continuam a manifestar-se pela unidade sindical.»

União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal

Na última reunião desta união sindical em que participaram os seguintes sindicatos:

Escritórios de Setúbal
Motoristas de Setúbal
Construção Civil de Setúbal
Químicos de Setúbal
Conservas de peixe de Setúbal
Ferroviários do Sul (P.M.T.V.O.S.R.)
Chacinaria — Montijo
Metalúrgicos — Barreiro
Panificação — Barreiro
Descarregadores de Mar e Terra — Setúbal
Têxteis — Setúbal
Corticeiros — Setúbal
Metalúrgicos — Setúbal
Metalúrgicos — Almada
foi aprovado o seguinte:

- 1.º Até formação definitiva do Secretariado terão direito a voto na União Regional de Setúbal todos os Sindicatos do distrito, secções e delegações.
- 2.º Em relação à eleição dos representantes para a Comissão Administrativa da Caixa de Previdência, o plenário decidiu por unanimidade que ficariam os elementos já votados e indicados pela ex-Comissão Coordenadora dos Sindicatos de Setúbal.
Dos seis profissionais indicados pelos trabalhadores da Caixa de Previdência para a comissão administrativa da mesma, o plenário apoia a candidatura do Sr. Manuel Tomaz.
- 3.º Marcar uma reunião dos trabalhadores votados para a Comissão Administrativa da Caixa de Previdência com a Intersindical — 16 do corrente mês pelas 14 horas.
- 4.º Fazer-se o pedido à Delegação do Ministério do Trabalho para que, sempre que sejam realizadas inspecções a qualquer empresa, a Inspecção de Trabalho comunique aos Sindicatos interessados o dia e hora da visita, no sentido dos representantes sindicais poderem acompanhar a referida inspecção.

Sindicato dos Metalúrgicos (secção de Setúbal)

REUNIÃO DO CONSELHO DE DELEGADOS

No passado dia 13 foram concluídos os trabalhos referentes aos três pontos que têm vindo a ser discutidos a partir de 6/11, primeira reunião, 9/11, segunda reunião.

- 1.º Projecto de Plataforma de compromisso
- 2.º União dos Sindicatos metalúrgicos (nível distrital)
- 3.º Seguro de dirigentes e delegados sindicais.

Conclusões finais:

- Aprovado na integralidade depois de inclusão de uma outra alínea, no que respeita às funções atribuídas ao Conselho de delegados (ver último Margem Sul), o projecto de plataforma de compromisso e nomeados por votação os delegados que constituirão as comissões de trabalho.
- Nomeada por votação uma comissão de 10 delegados sindicais que entrarão no processo de discussão no que se refere ao ponto 2 da O. T., estando a próxima reunião marcada para o dia 22 do corrente no Barreiro.
- Aprovada por unanimidade a criação de seguro de dirigentes e delegados sindicais ficando o estudo a cargo da Comissão Directiva que fará as suas conclusões ao parecer do conselho de Delegados para que sejam aprovadas.

Sindicato dos Metalúrgicos (secção de Setúbal)

SOBRE A NECESSIDADE DA UNIDADE SINDICAL

Não se pretende uma lei que imponha a unidade sindical. Sabemos todos que a unidade não se impõe por lei. O fascismo impôs aos trabalhadores portugueses sindicatos com uma definição de âmbito territorial e pessoal que não correspondia aos interesses dos trabalhadores. Dentro desses sindicatos, nesse âmbito puderam os trabalhadores, em certos casos, desenvolver uma autêntica acção sindical unida. A unidade dos sindicatos corporativos foi imposta pelo fascismo.

A unidade sindical foi uma construção dos trabalhadores. Unidade e unicidade são duas coisas distintas.

Por unidade sindical deve entender-se a existência, para uma dada área e uma dada categoria de trabalhadores, de um único sindicato. A unidade sindical é a congregação dos trabalhadores em torno dos mesmos interesses de classe e a sua acção comum na luta por esses objectivos. O que é que distingue então aquilo que o plenário resolveu e que os trabalhadores e os sindicatos têm defendido, do que o fascismo impôs?

O que é que distingue a unidade sindical agora defendida dos sindicatos únicos impostos pelo fascismo?

Acima de tudo, o facto dessa unidade coexistir com a liberdade da acção sindical, cabendo aos trabalhadores a definição do âmbito territorial e pessoal do seu sindicato, as resoluções sobre a sua estrutura interna, a elaboração dos seus estatutos, a definição dos direitos e deveres dos sócios, a fixação das quotas a prestar aos associados, a afectação das receitas, etc.

A distinção é, pois, completa: o fascismo negava a liber-

dade sindical ao impor «sindicatos» únicos dependentes do Estado. Hoje, trata-se de lutar pela unicidade na independência em relação ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos e de garantir o funcionamento democrático dos sindicatos. O que está subjacente à proposta aprovada no Plenário da Intersindical de 12 de Outubro são as seguintes ideias:

A liberdade não é qualquer coisa de abstracto, nem se confunde com liberalismo. Uma coisa é liberalismo e outra é a liberdade. Vivemos uma situação democrática e temos liberdade para a construção de uma sociedade nova. Temos liberdade para desenvolver um trabalho que interessa ao nosso povo. Temos liberdade para pôr fim à exploração do homem pelo homem se formos efectivamente capazes de trabalhar concretamente por esse objectivo. Do que se trata hoje, é de lutar por que a lei a publicar seja uma lei que corresponda efectivamente aos nossos objectivos, em vez de corresponder a objectivos próprios de um tipo de sociedade que, vinda de há mais de duzentos anos, traz consigo uma enorme carga ideológica contrária aos interesses dos trabalhadores. Nos primeiros tempos do capitalismo, a luta das massas trabalhadoras passou por fases anárquicas: destruição dos meios de produção, acção desorganizada, falta de associação de classe. Era próprio de uma altura em que os trabalhadores não tinham ainda perfeita consciência dos seus interesses, em que, até pelos ritmos de trabalho, pelos horários praticados, pela exploração a que o sistema capitalista os sujeitava, não tinham possibilidade de avançar nas suas organizações com o decurso do tempo vieram a ter. Era próprio de uma altura em que os trabalhadores não tinham, como hoje temos, a presença, que acaba por ser um apoio, em largas manchas do mundo, de sociedades já governadas por trabalhadores.

Analisando atentamente as posições assumidas pelos sindicatos, analisando a Moção aprovada no Plenário da Intersindical, reflectindo sobre o verdadeiro sentido com que em anos passados, sob o fascismo, as reuniões intersindical, os trabalhadores em Portugal reclamavam contra a lei fascista ressalta claramente o seguinte:

Reclamava-se contra a falta de liberdade de reunião, contra a falta de liberdade na definição do âmbito dos sindicatos, contra a falta de liberdade na eleição dos dirigentes, contra a falta de liberdade na negociação, contra a falta de liberdade na eleição de delegados, contra a censura aos boletins sindicais, contra a repressão, a prisão e a tortura, não se reclamava o pluralismo. Que nos interessava ter duas comissões sindicais na empresa sem liberdade de acção sindical? Que nos interessava dois boletins sindicais censurados? Que nos podia interessar ter dois sindicatos à escolha, ambos com dirigentes condicionados pelas autoridades administrativas? E hoje? Será que duas comissões sindicais nos defendem melhor que uma? Será que dois sindicatos, concorrendo entre si impõem com mais força o cumprimento do contrato?

Estamos numa situação democrática. Saídos de um período de monolitismo político aparente vivemos uma situação em que se multiplicam os partidos políticos — o que, aliás, é natural. Sabemos que uma organização sindical e o movimento sindical serão tanto mais fortes quanto menos divididos estiverem. O pluralismo sindical baseado em diferenças ideológicas ou em quaisquer outras razões, não serve os trabalhadores. A unidade é, verdadeiramente, a força dos trabalhadores.

As diferenças ideológicas entre os trabalhadores são muito mais um produto dos interesses e da ideologia burguesa do que de quaisquer interesses secundariamente contraditórios entre os trabalhadores.

As diferenças ideológicas são qualquer coisa que trazemos atrás de nós e que lentamente largamos. Numa altura em que dezenas de partidos fazem o quadro político em Portugal há efectivamente um risco muito grande de se pulverizarem os sindicatos se alguma vez a liberdade sindical entendida em termos burgueses (o liberalismo sindical) for instituído em Portugal.

INTERSINDICAL REAFIRMA DEFESA DA UNIDADE CONTRA OPORTUNISMO

«IMPEDINDO a abertura de brechas na unidade, os trabalhadores portugueses não constituíram um único sindicato paralelo, antes combateram e combatem quaisquer tentativas oportunistas de fazer dos sindicatos um meio de influência ao serviço de valores alheios, se não contrários, aos interesses dos trabalhadores», lê-se na proclamação de novecentas palavras aprovada pelo plenário nacional da Intersindical, reunido no último sábado na sede daquela organização, em Lisboa.

Presidiu aos trabalhos o sindicalista Avelino Gonçalves, ex-ministro do Trabalho e membro do secretariado da Intersindical. Na mesa viam-se ainda outros membros do secretariado. Depois de um período de informações foi decidido que a Intersindical passe a publicar semanalmente um jornal, como seu órgão oficial, o qual sairá com o título «Alavanca». Seguiu-se a leitura da proclamação sobre unidade sindical, que foi aprovada por 136 dos 148 sindicatos presentes, com seis votos contra e seis abstenções.

Autonomia e independência dos sindicatos

Esta manhã, durante uma conferência de imprensa efectuada na sede da Intersindical, foram revelados outros pormenores acerca daquele plenário, nomeadamente as conclusões do mesmo a partir da vontade expressa pelos trabalhadores da agricultura, da pesca, da indústria e dos serviços públicos e privados, através de cerca de quatro centenas de reuniões preparatórias realizadas em mais de 80 localidades diferentes durante o período de 20 dias consagrado à discussão do

Projecto de Lei de Associações Sindicais.

Daquela ampla discussão em que participaram muitos milhares de trabalhadores, resulta que estes reclamam a consagração, na lei, dos seguintes princípios fundamentais: unidade sindical ou existência de uma única organização sindical a todos os níveis; independência e autonomia da organização sindical em relação ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos; gestão democrática das organizações sindicais; protecção dos delegados e dirigentes sindicais; direito de acção sindical na empresa; e proibição de qualquer acordo que limite a liberdade sindical.

Assim, os trabalhadores pronunciaram-se pela consagração na lei do princípio da unidade e, aprovando na generalidade as restantes disposições do projecto, sugeriram alterações e aperfeiçoamentos sobre alguns pontos concretos, nomeadamente quanto à filiação obrigatória, que em várias reuniões foi defendida na base da solidariedade de interesses e da comunidade de serviços prestados pelos sindicatos; alargamento do âmbito pessoal de aplicação directa da Lei Sindical, de modo a abranger os serviços de trabalhadores ao serviço do Estado e outras pessoas colectivas públicas; estabelecimento de severas sanções para os casos de violação do princípio de independência dos sindicatos relativamente ao patronato e aos partidos políticos; disposição de normas que permitam a reestruturação de

mocrática dos sindicatos na base de ramos de indústria ou de actividade; alargamento dos períodos de tempo livre para o exercício de funções sindicais por parte de dirigentes e delegados; reforço das garantias de protecção de dirigentes e delegados sindicais; alargamento do número de delegados sindicais que beneficiam de tempo livre para o exercício das suas funções; justificação legal das faltas dadas por delegados sindicais quando ao serviço do sindicato.

Igualmente foi dado a conhecer que, além da ordem de trabalhos, o Plenário, considerando que a legitimidade e clareza do próximo acto eleitoral passa por um processo de recenseamento sério e eficiente, que abra amplas perspectivas de participação de todo o povo e que para tal o prazo de 9 a 29 de Dezembro não garante

estes princípios pela celeridade que impõe, deliberou manifestar a sua discordância em relação ao

prazo previsto e reclamar o seu alargamento pelo menos por mais 20 dias.

Delegação da Intersindical visita União Soviética

MOSCOW, 2 (ANI-NOVOSTI) — «O povo português manifesta um interesse colossal pelos mais diversos aspectos da vida na U.R.S.S.» — declarou o secretário do Conselho dos Sindicatos da União Soviética, Vladimir Bogatkov, chefe da delegação sindical soviética que visitou há pouco Portugal. Revelou que, em Dezembro, deslocar-se à União Soviética uma delegação da Intersindical.

«Tivemos a oportunidade de conhecer o modo como são organizados e como funcionam os sindicatos portugueses. Durante a nossa visita a empresas industriais de Lisboa, do Porto e do Sul do País — disse Vladimir Bogatkov — os membros da nossa delegação falaram aos trabalhadores e activistas sindicais dessas empresas acerca do grande papel desempenhado pelos sindicatos da U.R.S.S. na defesa e na organização do trabalho, bem como na garantia do descanso e

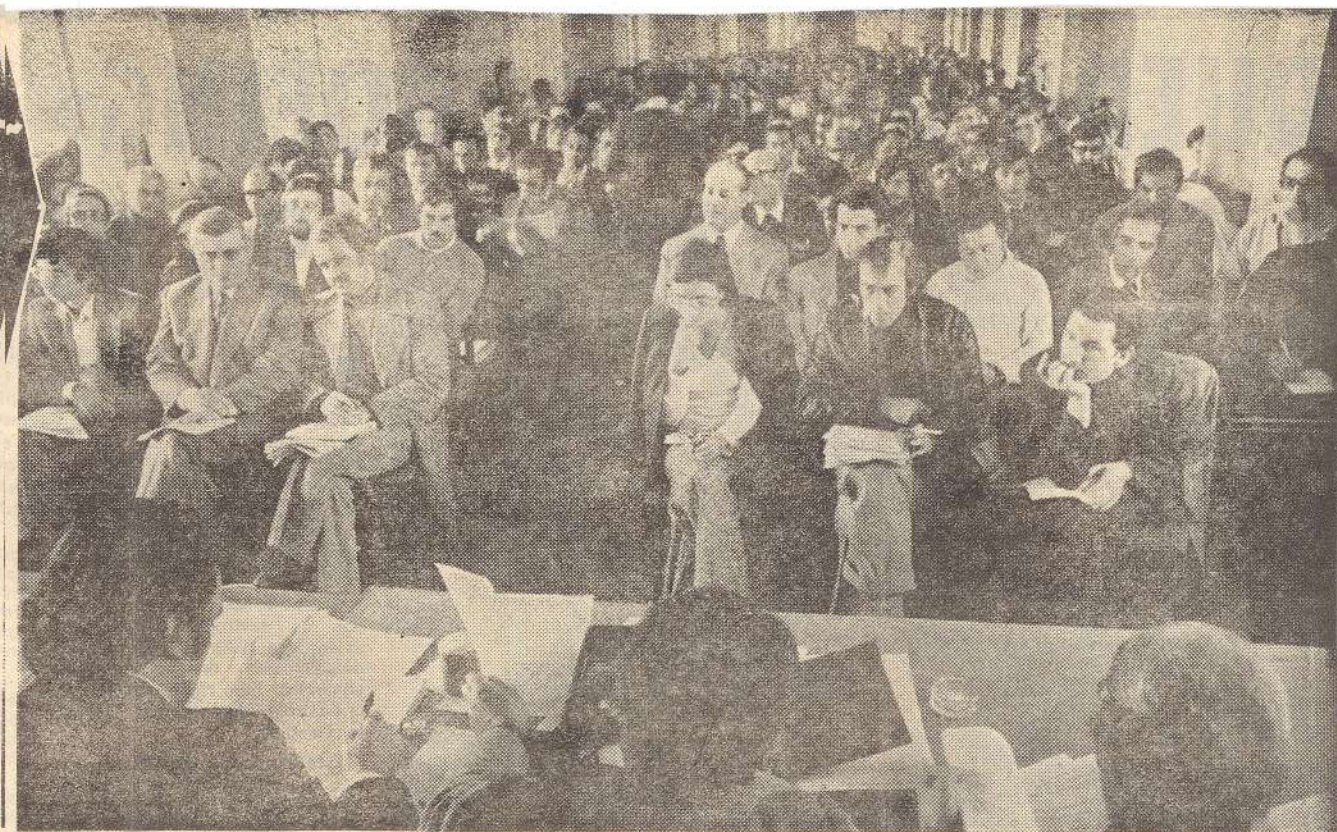
da assistência médica dos trabalhadores.

«Muito úteis foram os encontros com a direcção da Intersindical, nos quais se debateram questões ligadas à ampliação dos contactos entre os sindicatos soviéticos e portugueses.

«Chegou-se, por exemplo, a um acordo em cujos termos, em Dezembro deste ano, virá à U.R.S.S. uma delegação da Intersindical.»

Os membros da delegação mantiveram, ainda, conversações com o ministro do Trabalho de Portugal, Costa Martins, durante as quais se efectuou uma proveitosa troca de opiniões sobre as questões ligadas ao movimento sindical.

«A primeira visita oficial de uma delegação sindical soviética a Portugal — assinalou, a concluir, Vladimir Bogatkov — há-de contribuir, sem dúvida alguma, para o fortalecimento dos contactos entre os dois países.»



Delegados sindicais reunidos no plenário nacional promovido pela Intersindical

3 DEZ. 1974

Ainda este mês

Delegação da Intersindical visita a U. R. S. S.

Uma delegação da Intersindical portuguesa visita Moscovo, antes do fim do ano, no seguimento dos contactos havidos, em Lisboa, entre a delegação sindical soviética que esteve recentemente em Portugal e entidades e organismos portugueses ligados ao sector do trabalho, segundo um telegrama da ANI, procedente da capital soviética.

Entrevistado pela agência noticiosa soviética Novosti, Vladimir Bogatkov, que chefiou a delegação soviética, declarou terem sido particularmente úteis, no decurso da sua visita, os contactos com a direcção da Intersindical, em que foi debatida a ampliação das relações entre os sindicatos de Portugal e da U. R. S. S.

O chefe da delegação soviética afirmou que o povo português manifesta um interesse imenso pelos mais diversos aspectos da vida na U. R. S. S. e que esta primeira visita de uma delegação soviética a Portugal sem dúvida contribuirá para o fortalecimento dos laços entre os dois países.

Os membros da delegação tiveram uma proveitosa troca de opiniões com o ministro português do Trabalho, acrescentou Begatkov, que disse ainda terem os elementos do grupo soviético informado detalhadamente os seus camaradas portugueses sobre o papel dos sindicatos da U. R. S. S. na defesa e protecção dos interesses dos trabalhadores do seu país.

4 DEZ. 1974

COLÓQUIO SOBRE SINDICALISMO ORIENTADO POR AVELINO GONÇALVES

Integrado na série de iniciativas de esclarecimento sindical, levadas a efeito pelo Sindicato dos Caixeiros, Profissionais em Armazém e Profissões Similares do Distrito de Lisboa, haverá hoje, às 21.30, na sede daquele organismo, um colóquio subordinado ao tema «A greve: sua análise», que é orientado por Avelino Gonçalves. Esta sessão é dedicada a todos os sócios.

OS TRABALHADORES 7/12/74

E A LEI SINDICAL

Em mais de 400 reuniões e assembleias realizadas em mais de 80 localidades, os trabalhadores portugueses apreciaram livremente o projecto de lei das Associações Sindicais.

Principal conclusão desse profundo e participado debate: os trabalhadores portugueses são, na sua esmagadora maioria, a favor da unicidade sindical.

As conclusões foram comunicadas num Plenário da Intersindical, que reuniu delegados de 150 sindicatos em representação de cerca de 2 milhões de trabalhadores e reclamam que a futura Lei Sindical contenha os seguintes princípios:

Unicidade a todos os níveis da organização sindical; alargamento do âmbito pessoal da aplicação directa da Lei Sindical, tendo em conta as tradições de luta sindical dos trabalhadores das fábricas do Estado e outros servidores do Estado; agravamento das sanções para os casos de violação do princípio de independência dos sindicatos relativamente ao patronato e aos partidos políticos; alargamento dos períodos de tempo livres para o exercício de funções sindicais por parte de dirigentes e delegados sindicais; alargamento das garantias de protecção de dirigentes e delegados sindicais; alargamento do número de delegados sindicais com direito ao crédito de horas; justificação legal das faltas dadas por delegados sindicais ou outros militantes sindicais quando requisitados ao serviço do sindicato; definição clara dos principais conceitos utilizados ao longo do articulado; filiação sindical obrigatória; disposição de normas que permitam a estruturação democrática dos sindicatos na base de ramos de indústria ou de actividade.

14 DEZ. 1974

Revolução portuguesa apreciada por sindicalista soviético

MOSCOVO, 14 (Novosti-ANI)

— O jornal «Trud», porta-voz dos sindicatos soviéticos, publica um grande artigo de Vladimir Bogatkov, secretário do Conselho Central dos Sindicatos da U. R. S. S., o qual refere as impressões sobre a sua estada em Portugal, integrando uma delegação sindical soviética. Esta foi a primeira visita de representantes dos sindicatos soviéticos a esse país. «Durante a semana que estivemos na terra portuguesa tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com operários e funcionários de empresas industriais, com funcionários sindicais e com estadistas e políticos», escreve Vladimir Bogatkov.

«Das conversas com eles — continua Bogatkov —, ficámos sabendo os problemas que preocupam o povo português, o qual, depois de derrubar o regime fascista, luta por um Portugal verdadeiramente democrático e livre.»

O autor do artigo relata aos leitores soviéticos as grandes e radicais mudanças ocorridas na vida política, social e cultural do País e o papel desempenhado pelos sindicatos.

Durante a visita, a delegação foi recebida pelo Presidente de Portugal, general Costa Gomes, o qual sublinhou a importância da colaboração económica e cultural com a U. R. S. S.

«O general Costa Gomes — escreve Vladimir Bogatkov — apreciou altamente os resultados alcançados durante a visita a Moscovo da primeira delegação governamental, encabeçada pelo ministro de Estado Álvaro Cunhal, e expressou a certeza de que o comércio servirá aos interesses de ambos os países.»

«Na nossa memória — escreve mais adiante Vladimir Bogatkov — viverão para sempre os encontros muito amistosos e cordiais com os trabalhadores e os activistas sindicais de muitas empresas portuguesas.»

Continuando: «Assim, por exemplo, a nossa delegação visitou uma fábrica de máquinas da cidade do Porto. Numa das suas secções teve lu-

gar um comício de amizade soviético-portuguesa, o qual foi transmitido pela TV para todo o País. Os operários agradeceram ao povo soviético, ao Governo da U. R. S. S. e ao P. C. U. S. o grande apoio moral prestado ao povo português durante os anos do regime fascista e pela ajuda prestada nos dias de hoje.»

Acrescentando:

«Deixámos o País emocionados pela recepção calorosa e cordial que nos foi dispensada pelos operários e activistas sindicais portugueses. Se se somarem as impressões colhidas durante esta viagem, pode-se dizer que a classe operária portuguesa, as suas organizações sindicais e os partidos políticos progressistas estão plenamente dispostos a le-

var até ao fim o processo de democratização e descolonização e a não permitir o retorno aos tempos sombrios do fascismo. E eles têm força suficiente para resolver todos os problemas com que o País se defronta e para construir um novo Portugal.»

Prossegue a visita da delegação da Intersindical

A delegação da Intersindical portuguesa, que se encontra em Moscovo, foi recebida ontem por Alexander Chelepin, membro da comissão política do Comité Central do P. C. U. S. e presidente

do Conselho Central dos Sindicatos da U. R. S. S.

Os hóspedes tiveram um encontro com os funcionários do C. C. S. U. S. e relataram as tarefas e actividades dos sindicatos portugueses face às transformações democráticas que se realizam no País.

Depois teve lugar um encontro com Vitali Polivanov, chefe de departamento do C. C. S. U. S., o qual falou sobre a estrutura dos sindicatos soviéticos.

Comunicado da Tass

O diário «Pravda» e outros jornais soviéticos publicaram ontem uma nota da Tass acerca

da assinatura do acordo sobre a comunicação aérea entre a U. R. S. S. e Portugal.

«Este importante documento — assinala-se no comunicado da Tass — abre amplas possibilidades para a cooperação dos dois países no campo da aviação civil, o que contribuirá para o desenvolvimento das relações multilaterais entre a U. R. S. S. e Portugal.»

«Este é o primeiro acordo entre os nossos dois países, após o estabelecimento de relações diplomáticas em Junho de 1974», declarou, em palestra, ao correspondente da Tass, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares.

«O estabelecimento de comunicação aérea directa com a União Soviética é um importante acontecimento para Portugal, que há tantos anos se encontrava isolado internacionalmente. O acordo dará a sua contribuição para o incremento da amizade e da colaboração entre os povos soviéticos e portugueses», sublinhou o ministro.

«As relações soviético-portuguesas são excelentes, tanto no plano económico como no político e diplomático», disse ainda Mário Soares.

ANTERO MARTINS

(da Intersindical)

FOI RECEBIDO

EM MOSCOVO

MOSCOVO, 14 (F.P.) — Alexandre Chepepine, membro da Comissão Política do P.C. e presidente do Concelho Central dos Sindicatos Soviéticos, recebeu ontem em Moscovo uma delegação de sindicatos portugueses dirigida por Antero Martins, presidente da Intersindical, anuncia a agência «Tass».

A delegação portuguesa, acrescenta a agência, exprimiu «o seu reconhecimento ao governo e ao povo soviético pelo apoio que deram ao povo português na luta contra o fascismo».

A entrevista, esclarece a «Tass», desenrolou-se numa atmosfera «calorosa e amigável».

REPÚBLICA - 14/12/74

14 DEZ. 1974

DELEGADOS DOS SINDICATOS PORTUGUESES EM MOSCOVO

MOSCOVO, 14 — Alexandre Chepepine, membro da Comissão Política do Partido Comunista da União Soviética e presidente do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, recebeu uma delegação de sindicatos portugueses dirigida por Antero Martins, presidente da Intersindical — anunciou a agência Tass.

A delegação portuguesa, acrescenta a agência, exprimiu «o seu reconhecimento ao Governo e ao povo soviéticos pelo apoio dado ao povo português na luta contra o fascismo».

Entrevista, esclarece a Tass, desenrolou-se numa atmosfera «calorosa e amigável». — (F.P.)

Dlx 14/12/74 (65)

«UM DIA DE SALÁRIO PARA A NAÇÃO»

«Conhecedores da situação difícil dos nossos camaradas da Propam empenhados numa luta justa em defesa do seu direito ao trabalho, decidimos em plenário, entregar à respectiva comissão de trabalhadores a importância de 125 540\$50, a título de auxílio e como demonstração de solidariedade» — declarou um dos trabalha-

dores da União Eléctrica Portuguesa/Sul, dirigindo-se ao ministro do Trabalho, no acto de entrega dos donativos de «Um dia de Trabalho para a Nação». Integradas nesta campanha registaram-se as seguintes ofertas: 84 trabalhadores da MOM-POR Companhia Portuguesa de Montagens Industriais, do Barreiro; 19 883\$20. Por desejo expresso destes trabalhadores, o donativo destina-se a operários desempregados.

Trabalhadores da SOPONATA — Companhia Portuguesa de Navios Tanques, 35 117\$50.

17 DEZ. 1974

Delegação da Intersindical na União Soviética

MOSCOVO, 16 — O «Pravda» e o «Izvestia» noticiam que a delegação do directório da Intersindical portuguesa, constituída por Antero Martins, João Fonseca e Carlos Carvalho, foi recebida por Aleksandre Shelepin, membro do «bureau» político do C. C. do P. C. U. S. e presidente do conselho central dos sindicatos da U. R. S. S. (C. C. S. U. S.).

A delegação da Intersindical manifestou, em nome da classe operária e de todos os trabalhadores de Portugal, cordial reconhecimento ao Partido Comunista da União Soviética, ao Governo Soviético e a todo o povo da U. R. S. S., pela ajuda e apoio internacional proporcionados ao povo português na luta contra o fascismo.

Os membros da delegação prestaram informações pormenorizadas acerca do estado e das perspectivas do movimento sindical no seu país, tendo expressado o desejo de entabular amplas relações e colaboração com os sindicatos soviéticos.

Entre o C. C. S. U. S. e a Intersindical foram debatidos, ainda, problemas ligados ao movimento sindical europeu. — (Novosti - ANI)

19 DEZ. 1974

A unidade sindical deve ser decidida pelos trabalhadores

• afirma a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres reunida em seminário na Praia Grande

«Pelo conhecimento que tenho do Projecto de Lei Sindical portuguesa, a única coisa que tenho a reprovar-lhe é que tende a impor a unidade sindical, a qual apenas deverá ser decidida pelos trabalhadores e por mais ninguém.»

Esta afirmação de José Aguiriano, secretário do Grupo dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e alto funcionário da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, foi produzida, ontem, à tarde, durante uma conferência de Imprensa, realizada em Lisboa, no âmbito de um seminário sobre sindicalismo que decorre na Praia Grande, desde a passada segunda-feira.

Ao referir-se aquele projecto de lei, Aguiriano respondia a uma série de perguntas sobre a posição da C.I.S.L. face à situação do sindicalismo português, nomeadamente à controversa questão da unidade sindical.

«A C.I.S.L. permite a adesão de federações de sindicatos, ou mesmo de um sindicato isolado, independentemente da adesão ou não da, ou das, centrais sindicais do país», disse ainda.

O que é a C.I.S.L.? Trata-se de uma organização internacional, que reivindica a representação de 54 milhões de trabalhadores, de 118 organismos sindicais de 94 países de todos os continentes.

Desde os dias seguintes ao 25 de Abril, que se encontra em Lisboa um representante da Confederação, Manuel Simon, que tem mantido contactos com sindicatos, organizações sindicais, sindicalistas de base e a própria Intersindical, com quem, na verdade, nunca chegou a colaborar ou que se afirma por «recusa tácita da parte desta».

Sindicalistas portugueses: Quem são?

O seminário que decorre na Praia Grande congrega algumas dezenas de participantes de vários países representados na C.I.S.L., além de Portugal, Angola e Moçambique. Os temas em debate são: a situação política, económica e social portuguesa, o Projecto de Lei das Associações Sindicais (dita «Lei Sindical»), a situação dos jovens trabalhadores no seio das empresas e as estruturas sindicais existentes no nosso país.

Sobre a natureza dos participantes portugueses, são em numero de 18, 12 dos quais pertencem a sindicatos integrados na Intersindical. Contudo, oficialmente só estão representados no seminário os sindicatos dos Electricistas de Setúbal, dos Contínuos e Porteiros de Lisboa e a União dos Sindicatos da Construção Civil do Norte.

Além destes, estão no seminário sindicalistas dos sectores metalúrgico, vidreiro, marítimo, hotelaria, minas, ourivesaria, da Lisnave e da Timex, «quase todos eles têm funções de delegados sindicais, ou fazem parte de comissões de trabalhadores; apenas três ou quatro se dizem sindicalistas de base», esclareceu Manuel Simon.

Respondendo a uma pergunta sobre o modo como tinha sido organizado o seminário, Simon declarou que «vários sindicatos dirigiram-se à C.I.S.L. pedindo auxílio e cooperação técnica, e nós decidimos levar a cabo esta reunião. Entendemos que os representantes deveriam ser nomeados pelos sindicatos interessados, mas, além destes, sindicalistas dirigiram-se-nos pessoalmente, a solicitar a sua participação».

Contudo, e respondendo a uma pergunta que visava saber a razão por que a C.I.S.L. não tinha enviado convites a todos os sindicatos portugueses, Simon esclareceu que «nesse aspecto somos muito escrupulosos e não queremos intrrometer-nos nos sindicatos, razão por que não convidámos nenhum deles. Apenas participamos à Intersindical a sua realização».

Identidade com o Partido Socialista

«Que pensa a C.I.S.L. da actual situação e do futuro do movimento sindical português?» «Estamos com a Intersindical», disse José Aguiriano, «quando ela diz que a situação económica, social e política portuguesa não está ainda clarificada. A C.I.S.L. tem a intenção de ajudar o sindicalismo democrático português e nunca pretendeu em qualquer momento, atrair a sua adesão». Embora «gostasse que o movimento sindical português se integrasse na Confederação, que é o mais importante e representativo, aos níveis europeu e mundial, dos organismos congéneres».

a solução dos graves problemas
o e os afectam.)

Posição dos profissionais de propaganda médica

Tomando conhecimento de que se está a realizar em Portugal um seminário internacional promovido pelo C.I.S.L. (organização que não poucas vezes tem sido posta em «relevo» por sofrer influências de organizações que nada têm a ver com os trabalhadores), o Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica também denuncia, num comunicado, «a forma como a C.I.S.L. vem actuar no espaço sindical português, num total desrespeito pela opção unitária desde há muito definida pelos trabalhadores portugueses», «promovendo a discussão da realidade sindical portuguesa na ausência das organizações representativas dos trabalhadores portugueses», colocando à margem, «numa manobra puramente divisionista», a Intersindical Nacional (organização unitária que engloba mais de 200 sindicatos, representativos de cerca de dois milhões de trabalhadores).

Posição do Sindicato dos Profissionais das Telecomunicações e Radiodifusão

O Sindicato dos Profissionais das Telecomunicações e Radiodifusão também emitiu um comunicado em que depois de afirmar que a C. I. S. L. «é acusada de ser o veículo de intervenção da C. I. A. nos sindicatos estrangeiros», declara que «os trabalhadores portugueses sabem muito bem que é na unidade e unicidade sindicais que podem encontrar a força para

SECVLO - 20/12/1974

HIDROELÉCTRICA ALTO ALENTEJO — Pela comissão central dos trabalhadores da Hidroeléctrica Alto Alentejo, e após uma reunião com um delegado do Ministério do Trabalho, em Lisboa, foi-nos fornecido o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da Hidroeléctrica Alto Alentejo, muito embora e após sete meses de luta, tenham chegado a uma situação de impasse nas conversações com a administração, informam os consumidores dos 43 concelhos abastecidos pela empresa que, por enquanto, está posto de parte o recurso a qualquer meio que perturbe o regular fornecimento de energia eléctrica.

Os mesmos trabalhadores lamentam que a administração se recuse a aceitar a equiparação material e social das empresas congéneres, causa fundamental das divergências existentes, cujo bom termo ainda não foi encontrado, apesar das negociações já efectuadas a nível oficial. Contudo, continuam esperancados na resolução do diferendo, pois nada mais pretendem do que equiparar-se em deveres e direitos aos camaradas das empresas congéneres, o que consideram justíssimo.

Esta sera, se a administração da Hidroeléctrica Alto Alentejo renunciar à sua posição intransigente, a única maneira de evitar perturbações na vida de muitos milhares de consumidores.

Os trabalhadores da Hidroeléctrica Alto Alentejo desejam continuar a trabalhar em prol de um Portugal progressivo e democrático, mas exigindo a prática dos mais elementares princípios de justiça.

20 DEZ. 1974

A Intersindical considera «curso» da C.I.S.L. ingerência no movimento sindical português

«A Intersindical Nacional considera que a iniciativa da C.I.S.L. (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, de promover, em Portugal) a discussão de problemas que respeitam aos trabalhadores portugueses sem o prévio acordo, e a participação da organização sindical portuguesa, desrespeita os referidos princípios, só dificultando, normais relações do movimento sindical português com aquela confederação» — afirma-se num comunicado do Secretariado da Intersindical relacionado com o «curso de sindicalismo» promovido recentemente no nosso País por aquela Central Sindical Internacional.

O Secretariado da Intersindical no mesmo comunicado, recorda que «na defesa da unidade do movimento sindical português e internacional, a Intersindical Nacional, em assembleia plenária de sindicatos, decidiu abster-se da filiação em qualquer das centrais sindicais internacionais» e que «tal decisão não tem impedido que a Intersindical sempre tenha demonstrado disponibilidade para manter com todas as confederações nacionais e internacionais representativas as melhores relações de amizade e colaboração, com base nos princípios que regem a normalidade das relações entre as organizações de trabalhadores, incluindo o de respeito mútuo e de não ingerência».

Mais adiante, o Secretariado da Intersindical declara que

«contrariamente às afirmações produzidas por representantes da C.I.S.L., em conferência de imprensa realizada em Lisboa, não é verdade que a Intersindical se tenha negado a estabelecer quaisquer relações de colaboração», embora naturalmente, «não aceite nem a exigência de um tratamento preferencial nem a sua subordinação a qualquer das confederações».

No referido comunicado o Secretariado da Intersindical toma ainda posição em relação à presença de «sindicalistas» portugueses no seminário promovido pela C.I.S.L. no Hotel das Arribas e às afirmações de um dirigente daquela central sobre a Lei Sindical portuguesa a ser, dentro em breve, promulgada.

Sobre a primeira questão o Secretariado assinala a «tentativa de «personalidades» se apresentarem como representantes dos trabalhadores» e regista que «nas posições abusivamente assumidas em assuntos de exclusivo interesse e competência dos trabalhadores portugueses os representantes da C.I.S.L. são acompanhados por alguns «militantes sindicalistas» que se definem partidariamente, o que — acrescenta — profundamente se lamenta, embora se compreenda».

Quanto às afirmações feitas por um dirigente da C. I. S. L. de que a Lei Sindical portuguesa «deverá ser decidida pelos trabalhadores e por mais ninguém» e de que essa Lei não poderia «consagrar a unidade», o

Secretariado da Intersindical, lembrando a «opção feita massivamente pelos trabalhadores portugueses», declara continuar a onfiar que «a Lei Sindical, a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do Povo com o M. F. A., essencial ao processo de democratização em Portugal.»

21 DEZ. 1974

CONTESTADA PELA INTERSINDICAL A REPRESENTATIVIDADE DOS ELEMENTOS QUE VÃO PARTICIPAR NUM SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA C.I.S.L.

O princípio da unicidade sindical e o repúdio por todas as medidas que facilitem o pluralismo sindical e consequente divisão dos trabalhadores, continua a ser reafirmado por muitos sectores da actividade.

A Intersindical refere, num comunicado, um abaixo assinado de centenas de trabalhadores portuários em apoio às resoluções do plenário extraordinário da Intersindical Nacional, de 30 de Novembro de 1974.

Foi igualmente recebido um outro abaixo assinado com mais de 5 600 assinaturas de trabalhadores metalúrgicos do distrito do Porto, no qual aqueles trabalhadores fazem reclamações idênticas às que foram aprovadas no plenário.

Entretanto, perante as notícias que têm vindo a público sobre a realização no nosso País, por iniciativa da C.I.S.L., de um seminário de sindicalistas portugueses e estrangeiros, a Intersindical Nacional cumpre o dever de esclarecer o seguinte:

1. — Na defesa da unidade do movimento sindical português e internacional, a Intersindical Nacional, em assembleia plenária de sindicatos, decidiu abster-se da filiação em qualquer das centrais sindicais internacionais.

2. — Tal decisão não tem impedido que a Intersindical sempre tenha demonstrado disponibilidade para manter com todas as confederações representativas as melhores relações de amizade e colaboração, com base nos princípios que regem a normalidade das relações entre as organizações de trabalhadores, incluindo o de respeito mútuo e de não ingerência.

3. — Esta posição da Intersindical Nacional foi já oportuna e claramente exposta, em entrevistas realizadas na sede do nosso Movimento, a qualificados dirigentes das três confederações mundiais, incluindo a C.I.S.L., e mereceu de todas elas plena aceitação.

4. — Contrariamente às afirmações produzidas por representantes da C.I.S.L., em conferência de imprensa realizada em Lisboa, não é verdade que a Intersindical se tenha negado a estabelecer quaisquer relações de colaboração.

5. — Naturalmente, a Intersindical Nacional não aceita nem a exigência de um tratamento preferencial nem a sua subordinação a qualquer das confederações.

6. — A Intersindical Nacional considera que a iniciativa da C.I.S.L. de promover, em Portugal, a discussão de problemas que respeitam aos trabalhadores portugueses, sem o prévio acordo e a participação da organização sindical portuguesa, desrespeita aos referidos princípios, só dificultando normais relações do movimento sindical português com aquela confederação.

7. — De igual modo, a Intersindical considera grave que um dirigente da C.I.S.L., presente nestas circunstâncias em Portugal, use, publicamente, a sua qualidade de secretário do grupo de trabalhadores do O.I.T., em atitude que contrasta com a posição assumida em 1971, quando, sob o fascismo, os trabalhadores portugueses reclamaram medidas contra a repressão de que eram alvo os dirigentes sindicais.

8. — A Intersindical assinala as contraditórias notícias que vêm sendo publicadas acerca da representatividade dos sindicalistas presentes ao seminário. Mais uma vez se verifica, por um lado, a tentativa de «personalidades» se apresentarem como representantes dos trabalhadores e, por outro, a manifesta ignorância em que alguns «representantes» teimam em confinar-se no que respeita ao movimento sindical português, hoje, como no passado.

9. — A Intersindical corrobora a afirmação feita pelo dirigente da C.I.S.L. de que a lei sindical portuguesa deverá ser decidida pelos trabalhadores e por mais ninguém.

Nesta medida, e perante a opção feita massivamente pelos trabalhadores portugueses, a Intersindical considera intempestiva e contraditória essa outra afirmação do mesmo responsável de que não pode aceitar que a lei consagre a unicidade.

10. — A Intersindical Nacional regista que, nas posições abusivamente assumidas em assuntos de exclusivo interesse e competência dos trabalhadores portugueses, os representantes da C.I.S.L. são acompanhados por alguns «militantes sindicalistas» que se definem partidariamente, o que profundamente se lamenta — embora se compreenda.

11. — A Intersindical Nacional continua a conferir que a lei sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção

livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros, que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do povo com o M.F.A., essencial ao processo de democratização em Portugal».

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul, tendo tomado conhecimento, através dos jornais diários, que na conferência de Imprensa convocada pela C.I.S.L., foi afirmado que participava nos trabalhos de um seminário, promovido pela mesma C.I.S.L. em Portugal, um representante do «Sindicato dos Electricistas de Setúbal» vem informar o seguinte:

1 — Não existe nenhum Sindicato dos Electricistas de Setúbal, mas, sim, o Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul, que abrange entre outros, o distrito de Setúbal.

2 — Nenhum representante do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul participou ou participa no referido seminário.

3 — A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul não reconhece, nem à C.I.S.L. nem a nenhuma organização similar, legitimidade para vir fazer em Portugal a discussão de problemas que respeitam ao movimento sindical português, sem que seja por iniciativa e com a participação da organização sindical unitária portuguesa a Intersindical Nacional.

A Intersindical e os seus aderentes denunciam as «manobras divisionistas»

As manifestações de adesão aos princípios enunciados pela Intersindical, a propósito do seminário organizado no Algarve pela C. I. S. L. (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), sucedem-se.

Telegramas em cadeia chegam à sede da Intersindical e a outros organismos associativos. Como sucedeu com as tripulações dos navios «Ulge» e «Príncipe Perfeito» que se juntar a os milhares de trabalhadores portugueses, aderentes aos princípios da unidade sindical, repudiando medíadas divisionistas. De igual modo procederam os trabalhadores portuários, perfazendo as resoluções do último plenário da Intersindical; os trabalhadores técnicos de desenho; os profissionais da propaganda médica, denunciando «manobras de organismos que nada têm a ver com os trabalhadores»; o Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa, dando relevo à política de não ingerência nos assuntos sindicais do País; o Sindicato dos Profissionais de Escritório; e ainda o dos Profissionais da Indústria Hoteleira, que salienta o facto de o seminário decorrer no Hotel das Arribas ser promovido por uma organização «que se tem saientado pelas suas ligações a sectores que, na defesa da classe trabalhadora, nada têm feito».

A lista é constantemente ampliada por novos manifestos sendo de voltar a referir uma passagem do documento dos Profissionais da Propaganda Médica, onde se lê:

«Os trabalhadores portugueses aceitam e retribuem a prática permanente de solidariedade internacional (bem demonstrada recentemente em relação ao povo chileno), aceitam a permuta de todas as experiências que se mostrem verdadeiramente valiosas na defesa dos justos interesses dos trabalhadores. Mas isto sempre na base da autêntica fraternidade, franca lealdade e clareza de intenções, que sempre devem presidir nas relações entre os trabalhadores de todos os países e nunca na ingerência e interferência nos nossos assuntos. E muito menos, ainda quando pretendem lançar o divisionismo da nossa unidade criada ao longo de tantos anos de martírios de toda a ordem. Eis porque repudiamos com toda a nossa força este obscuro seminário e os seus organizadores.»

A versão do representante da C. I. S. L.

Entretanto, Manuel Simon, representante da C. I. S. L. em Portugal, declara, em

texto enviado à Intersindical:

«Tenho a informar-vos que diversos sindicatos pediram à C. I. S. L. informações, documentação e o estabelecimento de contactos com os sindicatos europeus aderentes.

A C. I. S. L. considerando favoravelmente os referidos pedidos, decidiu organizar um seminário internacional de 16 a 21 de Dezembro. Este encontro terá lugar no Hotel das Arribas e contará com a presença de 20 sindicalistas portugueses e 25 sindicalistas providos de numerosas confederações sindicais da Europa e aderentes à C. I. S. L.

O tema central do seminário será o estudo do problema dos jovens trabalhadores em Portugal e nos diferentes países da Europa assim como a análise do esforço de reconstrução do sindicalismo democrático nos países como Portugal, Grécia, Moçambique, Angola, etc.»

A réplica da Intersindical

Sobre o assunto, a Intersindical esclarece ser completamente alheia a quaisquer actividades da C. I. S. L. no nosso país e mais que «o modo como é avançada a participação portuguesa neste «seminário internacional de sindicalistas» desrespeita a opção unitária do movimento sindical português.

Esta iniciativa de «análise do esforço de reconstrução do sindicalismo democrático em Portugal», pelos termos que é promovida, na ausência das organizações representativas dos trabalhadores portugueses, constitui a ingerência inadmissível nos nossos problemas — o que temos o dever de denunciar.»

Rlx 21/12/74

APOIO À UNIDADE SINDICAL

Relativamente ao projecto de lei sobre associações sindicais, elaborado pela Intersindical Nacional, foram recebidos neste organismo dois telegramas, da tripulação do «Príncipe Perfeito» e da comissão de delegados do navio «Uíge», o primeiro dos quais tem o seguinte teor:

«Tripulação n/t Príncipe Perfeito junta sua voz aos milhões trabalhadores portugueses que se pronunciam consagração legal princípio unicidade sindical repudiando toda medida que facilite pluralismo sindical e consequente divisão trabalhadores.»

O segundo diz:

«Reunião geral tripulantes navio Uíge decidido inteiro apoio vosso projecto lei associações sindicais stop saudações sindicais.»

Foram também recebidos dois abaixo-assinado, o primeiro subscrito por centenas de trabalhadores portuários em apoio às resoluções do plenário extraordinário da Intersindical Nacional de 30 de Novembro de 1974 e o outro, com mais de 5600 assinaturas de trabalhadores metalúrgicos do distrito do Porto, com reclamações idênticas às que foram aprovadas naquela reunião.

23 DEZ. 1974

A INTERSINDICAL PRONUNCIA-SE SOBRE O SEMINÁRIO DA C. I. S. L.

Sobre a realização no nosso país de um seminário de sindicalistas portugueses e estrangeiros, por iniciativa da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (C. I. S. L.), a Intersindical elaborou uma nota em que recorda que, «na defesa da unidade do movimento sindical português e internacional, decidiu bater-se

da filiação em qualquer das centrais sindicais internacionais».

Acrescentando que essa decisão não tem impedido a Intersindical de demonstrar disponibilidade para manter com todas as confederações nacionais e internacionais representativas as melhores relações de amizade e colaboração e que, aliás a sua posição mereceu aceitação das três confederações mundiais, incluindo a C. I. S. L., acentua na nota que «contrariamente às afirmações produzidas por representantes da C. I. S. L., em conferência de imprensa realizada em Lisboa, não é verdade que a Intersindical se tenha negado a estabelecer quaisquer relações de colaboração».

Considera, depois, o comunicado, que a iniciativa da C. I. S. L. de promover em Portugal a discussão de problemas que respeitam aos trabalhadores portugueses sem o prévio apoio e a participação da organização sindical portuguesa desrespeita aqueles princípios.

Mais adiante salienta:

«A Intersindical assinala as contraditórias notícias que vêm sendo publicadas acerca da representatividade dos «sindicalistas» presentes ao seminário — refere a nota mais adiante. E acrescenta: Mais uma vez se verifica, por um lado, a tentativa de «personalidades» se apresentarem como representantes dos trabalhadores e, por outro, a manifesta ignorância em que alguns «representan-

tes» teimam em confinar-se no que respeita ao movimento sindical português, hoje como no passado.»

Corroborando a afirmação feita por um dirigente da C. I. S. L. de que a lei sindical portuguesa «deverá ser decidida pelos trabalhadores e por mais ninguém» e considerando «intempestiva e contraditória» outra afirmação do mesmo responsável, segundo a qual «não pode aceitar que a lei consagre a unicidade», a Intersindical regista que nas posições assumidas em assuntos de exclusivo interesse e competência dos trabalhadores portugueses os representantes da C. I. S. L. são acompanhados dos alguns «militantes sindicalistas», que se definem partidariamente, o que profundamente se lamenta — embora se compreenda».

Finalmente, a nota conclui sublinhando: «A Intersindical Nacional continua a confiar que a Lei Sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangeiros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do Povo com o M. F. A., essencial ao processo de democratização em Portugal».

Entretanto, também, diversos sindicatos se manifestaram sobre a realização do seminário, tais como o dos Profissionais de Propaganda Médica, dos Técnicos de Desenho, Metalúrgicos, Aeronavegação e Pesca, dos Trabalhadores Electricistas do Sul, da Indústria Hoteleira e Similares, dos Motoristas do Distrito de Lisboa, e dos Profissionais de Escritório de Lisboa. Nestes comunicados afirma-se, nomeadamente, que «sendo do conhecimento geral, inclusive através de declarações de seus antigos dirigentes, que a O.I.A. interfere activamente em todas as actividades de tal Confederação, com o fim de manter os interesses dos trabalhadores atrelados aos interesses antagónicos do imperialismo que os explora, torna-se evidente a sua intenção de abrir brechas na Unidade da Classe Trabalhadora portuguesa, lançando-a fraca e desorganizada na órbita do capital monopolista. — veja-se o exemplo das suas actividades de divisão dos trabalhadores Italianos» como refere o Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho.

28 DEZ. 1974

Os mais

CONFORME é uso do EX-PRESSO, Gente insere neste seu último número de 1974 uma pequena lista de alguns factos ou Homens mais do ano que vai terminar:

- a ideia mais original do ano
- a do domingo de trabalho;
- o diplomata do ano — **Mário Soares;**
- o descolonizador do ano — **Melo Antunes;**
- o político mais simpático do ano — **excepto Vítor Alves, — Almeida Santos;**
- o COPCON do ano — **Otelo Saraiva de Carvalho;**
- o economista do ano — **não atribuído;**
- o sindicalista do ano — **Intersindical;**
- o político mais televisivo do ano — **Alvaro Cunhal;**
- o político de mais segurança do ano — **Sá Carneiro;**
- o tivo mais controvertido do ano — **"Portugal e o Futuro";**
- o livro que foi a maior desilusão do ano — **"O Depoimento";**
- a canção do ano — **ex-aeq. — Avante Camarada e Grândola Vila Morena;**
- o partido mais original — **MDP/CDE;**
- o partido com maior pluralismo interno — **P. Socialista;**
- o partido com menos pluralismo interno — **P. Comunista;**
- o capitalista do ano — **não atribuído;**
- os viajantes do ano — **a Comissão Executiva da CIP;**
- a definição do ano — **a de fascista de Pereira de Moura;**
- o jornal do ano — **Boletim Movimento do M.F.A.;**
- a viagem do ano — **Costa**



Gomes aos EUA e à ONU;
 — o homem melhor informado do ano — **Varela Gomes;**
 — a surpresa do ano — **Fabião;**
 — o partido mais incómodo do ano — **MRPP;**
 — o partido mais sovado do ano — **CDS;**
 — os visitantes estrangeiros do ano — **François Mitterand — Willy Brandt — Edward Kennedy;**
 — a intransigência do ano — **a do PPD em não aceitar o MDP/CDE no Governo;**
 — o dia mais longo — **25 de Abril;**
 — a noite mais longa — **27 para 28 de Setembro;**
 — o maior controlador das movimentações financeiras — **Sindicato dos Bancários;**
 — a gaffe do ano — **a acusação à Alemanha Ocidental de ter pressionado a partida de Thomaz e Caetano para o Brasil.**

Os factos mais discutidos

- 1 — A transformação do MDP em Partido;
- 2 — A participação do MFA na Assembleia Constituinte;
- 3 — a lei sindical;
- 4 — a revisão da concordata quanto ao divórcio;
- 5 — serviço cívico na Universidade;
- 6 — a descolonização.

Afirmações do Ano

Certas intervenções de políticos portugueses ficaram na memória dos observadores mais atentos à causa política:

- o discurso de Spínola de 27 de Julho sobre a descolonização;
- o discurso de Vasco Gonçalves na RTP, na noite de 29 para 30 de Setembro;
- o discurso de Alvaro Cunhal de meados de Novembro, prevendo nova "intentona" da reacção;
- o discurso de Melo Antunes aquando da celebração dos acordos de Lusaka;
- o discurso de Costa Gomes nas Nações Unidas.

Vocabulário do Ano

Algumas expressões ganharam grande circulação no ano de 1974:

Vejamos exemplos sugestivos:

- "o povo unido jamais será vencido";
- "a reacção não passará";
- "manobras objectivas da reacção".
- "saneamento de base";
- "sabotagem económica";
- "processos divisionistas".

A anedota do Ano

No Metropolitano, às 19h da tarde. Comprime-se a multidão ululante. Um dos passageiros comprimidos sopra ao ouvido do vizinho:

- Olhe, se faz favor, o senhor é do M.F.A.?
- Não, não sou.
- Mas, tem algum parente no MFA?

- Não, não tenho
- E um amigo ou conhecido?
- Não, não conheço lá ninguém.

- Tem a certeza?
- Absoluta.
- Então, seu imbecil tire a pata de cima do meu pé antes que eu lhe parta a cara!

Flashes do fim do ano

— Da Alemanha Oriental vieram membros do P. Socialista Unificado a convite do Partido Comunista Português. Teria sido para fazer esquecer a recente estadia entre nós de representantes de vários Partidos Comunistas Europeus... a convite do Partido Socialista?

— Diz-se que Galvão de Melo (ex-membro da Junta de S. N.) vai publicar um livro. Será de memórias?

— Consta que 4 filmes feitos na ORTF e 800 contos em imprensa regional são dois dos tópicos da campanha do CDS, que, entretanto, procura letra para o hino, já que Manuel Alegre se opôs ao

aproveitamento de um poema seu para esse efeito. É caso para dizer que o CDS está disposto a fazer uma larga cobertura financeira da sua campanha eleitoral.

— Derrotada no Congresso do MES, a linha César de Oliveira prometeu publicar em livro as suas teses. A ver vamos como dizia o ceguinho.

— Segue hoje para Cuba, uma delegação portuguesa, sob os auspícios do Conselho Mundial para a Paz. Foram convidados representantes de vários partidos políticos.

— Tem custado a aparecer a Lei de Imprensa. Por este ritmo, só haverá Leis da Televisão e da Rádio lá para as calendas gregas;

— Esgotou-se já na editora o livro "O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril". Nada menos, nada mais do que 10 000 exemplares. É bonito!

— No espaço de 8 dias, saíram a lume os Programas do MDP/CDE (capa azul escura) e do PPD (todo laranja). A atenção dos interessados.

— Ao que dizem os conhecedores, houve quebra substancial do número de emigrantes que vieram a Portugal passar o Natal. Desta feita, estiveram entre nós cerca de 20% do total do Natal passado.

balanço74 balanço74 balanço74 balanço74 balanço74 balanço74 balanço74 balanço74 balanço74

Dos sindicatos corporativos às “duas linhas” sindicais

Miguel Reis

Os novos caminhos do sindicalismo português

ATÉ 25 de Abril, os sindicatos (“nacionais”) faziam parte integrante do aparelho de Estado constituindo uma das peças essenciais do edifício corporativo que impunha autoritariamente a famosa “conciliação de interesses” entre o capital e o trabalho. Proibida a greve, reprimidas duramente as lutas reivindicativas dos trabalhadores, os sindicatos limitavam-se a intervir, para além das suas atribuições burocráticas correntes, na negociação das contratações colectivas em que, no entanto, o Estado tinha sempre a última palavra a dizer — e sabe-se a favor de que interesses...

Daí que, na maior parte dos casos, os meios de esquerda considerassem como totalmente inoperante e, de resto, perigosa — pelas ilusões que poderia alimentar — qualquer tipo de pretensão

“infiltracionista” no seio dos sindicatos “nacionais”. Para esses meios, a tese leninista da necessidade de intervenção dos militantes revolucionários nos sindicatos reaccionários — segundo o princípio de que é necessário estar onde estão as massas — não se aplicava neste caso, na medida em que os sindicatos “nacionais” não eram apenas reaccionários, mas constituíam uma peça do aparelho de Estado fascista, completamente controlada por este. Por outro lado, as massas não estavam lá, não só por desconfiança ou por atitude de rejeição consciente, mas porque os sindicatos “nacionais”, reduzidos a simples organismos burocráticos, inertes, não ofereciam quaisquer motivações que despertassem os trabalhadores para uma participação na actividade sindical. De resto, segundo a lógica do imobilismo corporativista, consagrado durante

a longa vigência do consulado de Salazar — à excepção dos tempos de exaltação triunfalista do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano —, até convinha não suscitar interesses participativos dos trabalhadores nos sindicatos, já que o essencial era garantir a sua completa docilidade, quer através de uma despolitização sistemática, quer através do estrangulamento repressivo de toda a actividade susceptível de perturbar a “paz social” existente.

Assim, as eventuais tentativas de penetração nos sindicatos fascistas — advogadas, por exemplo, pelo P.C.P., na clandestinidade, que assim pretendia reconhecer a validade da tese leninista para organizações integradas no aparelho de Estado corporativo — não só nunca resultaram, como conduziram mesmo a uma repressão intensa contra os que nelas se tinham empenhado.

“Liberalização” Marcelista e “abertura” sindical

Mas se o imobilismo sindical correspondia ao próprio imobilismo social num país que se mantinha predominantemente agrário, com o início do surto de industrialização (a cujos imperativos políticos o aparelho de Estado se viria penosamente a adaptar, beneficiando entretanto do desaparecimento de Salazar e do início da “era marcelista”), tornava-se necessário “arejar” as velhas estruturas corporativas, insuflando-lhes um certo dinamismo que melhor pudesse corresponder às exigências da nova fase de desenvolvimento capitalista em Portugal. Isto, bem entendido, sem pôr de parte as “vantagens” de um aparelho sindical pulverizado e controlado nem o esquema repressivo utilizado anteriormente, como a proibição do direito à greve, considerada sempre como “crime”. Por outro lado, mantinha-se a inevitável “arbitragem” estatal para os conflitos entre sindicatos e grêmios.

É na sequência da “liberalização” marcelista dos primeiros tempos (posta em causa mais tarde pelas próprias contradições do regime, particularmente agudizadas pelo problema colonial) que tem lugar a

“abertura” sindical, traduzida na vitória das famosas listas B em alguns sindicatos, particularmente no sector dos bancários e dos empregados de escritório. O que também não foi devido ao acaso. Com efeito, essa “abertura” inicial mostrou-se de longe mais tolerante em relação aos sindicatos de assalariados de serviços do que aos sindicatos operários. A vigilância sobre as movimentações reivindicativas nos sectores directamente ligados à produção era muito mais estreita (para evitar pôr em jogo a política da “mão de obra barata”, virada também para a captação do capital estrangeiro) do que sobre o sector dos serviços, nomeadamente do bancário que dispunha capacidade de resposta a certas reivindicações salariais. Por outro lado, a própria orientação e implantação das organizações reformistas — principalmente o P.C.P. — radicava-se essencialmente na pequena burguesia e na aristocracia operária, cujos interesses de classe e ideologia pautavam necessariamente este tipo de intervenção sindical.

Mas a “primavera marcelista” durou apenas alguns meses. A amplitude que o movimento sindical, particularmente no sector dos bancários, havia adquirido,

iria ser duramente reprimida — levando, por exemplo, à prisão de um dos seus mais conhecidos dirigentes, Daniel Cabrita. Começa então a fase das comissões administrativas, intensamente contestadas pelos trabalhadores, apesar da dureza da repressão. Face a esta realidade, em que a agitação nos locais de trabalho ameaçava degradar o clima de “paz social”, o regime concede, nalguns casos, a possibilidade de um regresso à “normalidade”, aonda que a uma “normalidade” mais estreitamente controlada.

Entretanto, a partir de 1973, começa a afirmar-se, apesar da ambiguidade de certos casos — entre os quais o mais conhecido será o de Jorge Aguiar —, um movimento de crítica ao reformismo sindical, que mais ao era do que a tradução no terreno dos sindicatos, da polémica que dividia a esquerda tradicional e a extrema-esquerda. A palavra de ordem “sindicalismo de base” (ou de classe) contra o “sindicalismo de cúpula” (ou reformista) torna-se cada vez mais frequente. O confronto de posições manifesta-se vivamente quer no seio de alguns sindicatos, quer ao nível da própria imprensa (sobre tudo no “Comércio do Funchal” e no “Notícias da Amadora”).

25 de Abril: explosão da Intersindical

Com o 25 de Abril, à irrupção em força na cena política do Partido Comunista Português — trazendo à superfície a mais forte organização política clandestina que sobrevivera ao fascismo — corresponde a “explosão” fulgurante da Intersindical criada na clandestinidade em 1970. Enquanto o P.C.P. joga todos os trunfos do seu aparelho organizativo na corrida ao aparelho de Estado, a rede intersindicalista desenvolve idêntica ofensiva na direcção dos sindicatos fascistas.

Derrubado o suporte que os conseguia manter, os elencos directivos corporativos apresentam-se totalmente vulneráveis e o seu derrube não oferece dificuldades. Apesar das indefinições dos primeiros dias após a queda do regime e das resistências que alguns novos sectores do Poder — polarizadas à volta do General Spínola — procuraram oferecer à sua legalização, a Intersindical implantar-se-ia rapidamente, preenchendo o vazio deixado pela estrutura corporativa. Para além de todas as opiniões e de todas as críticas, a Intersindical era a única organização montada em condições de poder abalançar-se ao assalto. Trata-se de constatar um facto. E o facto — a partir do qual se têm de retirar as necessárias consequências — é que a Inter compreende hoje cerca de 200 sindicatos, enquanto as tendências que se desenvolvem à sua esquerda são ainda claramente minoritárias.

Só que esse minoritarismo encerra em si uma força potencial que tende a desenvolver-se à medida que cresce o desencanto dos trabalhadores em relação ao reformismo sindical, como expressão do reformismo das organizações partidárias que o informam e orientam. Mas, até agora, essa tendência tem-se manifestado de forma muito mais intensa e significativa no plano extra-sindical do que no interior dos sindicatos. As movimentações de trabalhadores, depois do 25 de Abril, que contrariaram as habituais teses e directivas sindicais ou partidárias (greve da Timex, greve dos CTT, greve da Imprensa diária, greve do Jornal do Comércio, manifestação de 6000 trabalhadores da Lisnavé nas ruas de Lisboa pelo saneamento dos administradores fascistas, greve da TAP, além das lutas diversas

ocorridas em diversos sectores, nomeadamente em algumas multinacionais) resultaram em geral da iniciativa autónoma dos trabalhadores não enquadrados por qualquer organização, apesar das tentativas que algumas delas fizeram para chamar a si esse enquadramento. Tentativas que, aliás, têm sido rejeitadas pelos trabalhadores.

Esta é, de resto, uma das características mais importantes e significativas que marcam o actual momento da luta de classes em Portugal. No plano da luta nos sectores de trabalho — e não da luta ideológica entre organizações reformistas e da extrema-esquerda — a contestação prática das teses do P.C. e da Inetrindical apontando a “inoportunidade” das greves na actual conjuntura política (através dos conhecidos e habituais argumentos de que fazem o “jogo da reacção”, que há que atender à “relação de forças”, etc.), tem vindo a ser empreendida a partir da movimentação autónoma dos próprios trabalhadores.

E à medida que a crise económica se acentuar, com os seus reflexos no plano do desemprego e da degradação das condições de vida das classes trabalhadoras, é evidente que essa tendência não deverá deixar de reforçar-se. Uma tendência que, de certo modo, faz reviver a corrente anarcosindicalista (embora não enquadrada por nenhum movimento na linha da velha CGT portuguesa, agora melancolicamente recordada no jornal “A Batalha”), e fá-la reviver na medida em que, face à luta dos trabalhadores, não surgiu ainda, devido a condições objectivas e subjectivas características da actual fase de evolução da sociedade portuguesa, a resposta em termos de alternativa revolucionária.

Por outro lado, a contestação da linha da Intersindical e a opção de esquerda a favor de um sindicalismo de base ou de classe apresentam alguns aspectos particularmente significativos. Assim, verifica-se que essa posição é reivindicada por um amplo número de organizações de diferentes quadrantes políticos — incluindo correntes de um partido reformista, como o P.S., e prolongando-se até à extrema-esquerda. O debate surgiu



recentemente a propósito da lei sindical veio, de novo, acentuar este ponto. Ora, é curioso notar que nos sindicatos não afectos à linha da Intersindical ou em núcleos sindicais, seguindo, uns e outros, uma orientação de esquerda, coexistem, por vezes, militantes ou simpatizantes de organizações que a nível político se degladiam por vezes virulentamente. O que quer dizer que em termos sindicais se encontrou, nesses casos, uma plataforma de luta unitária, pelo menos a nível de militantes e simpatizantes, contraposta à extraordinária fragmentação de movimentos e organizações à esquerda do P.C.P.. Sobre isto, algumas explicações são possíveis: a primeira é a de que a constatação do minoritarismo de cada organização — para poder avançar isoladamente na frente sindical, pensando as alianças, táticas ou tácticas — a leva a encontrar os pontos possíveis de união, mais do que as razões de divergência. Mas a questão que se põe, neste caso, é a de saber quais são efectivamente as organizações que, não fora a sua condição minoritária, se encontrariam aptas a assumir em todas as circunstâncias a democraticidade de base na actividade sindical. Isto implica, por conseguinte, saber quais são as organizações que, um dia, em situação maioritária, não viriam a reproduzir, embora com pretextos e argumentos aparentemente diferentes, o esquema centralista-dirigista actualmente praticado pela Intersindical. Com efeito, a democraticidade de base, defendida por todas as organizações de extrema-esquerda, entra claramente em contradição com o modelo estaliniano com o qual a maior parte delas se identifica.

Entretanto, a segunda explicação para esta plataforma unitária da esquerda não-reformista no campo sindical tem muito que ver com o confronto exemplar entre duas realidades: a realidade concreta da experiência de luta dos trabalhadores, e a realidade “ideológica” que constitui o principal universo de algumas das chamadas “vanguardas revolucionárias”, apresentando-se como um corpo de guias iluminados aptos para fazer a síntese entre teoria e prática revolucionárias, o que, por si sós, os trabalhadores nunca seriam capazes de fazer...

É assim que se põe um problema político fundamental para além do mero campo sindical — campo necessariamente condicionado, em sociedade capitalista, a uma prática que, reduzida a si mesma, desligada de uma alternativa política e organizativa global, não pode deixar de ser de natureza reformista, por mais avançados que sejam os objectivos da luta empreendida, ultrapassando as meras reivindicações económicas (salariais), e incidindo já em reivindicações políticas. Com efeito, os sindicatos, as centrais sindicais não constituem uma estrutura destinada à tomada do poder.

Unidade e pluralismo sindical

As teses favoráveis ao pluralismo sindical defendidas obviamente por organizações de direita ou social-democratas, não têm encontrado eco nas massas trabalhadoras, salvo certos sectores nitidamente privilegiados onde a disputa entre estas duas tendências “pluralista” e “unitária” se tem feito sentir — e é esse, por exemplo, o caso dos médicos. Por outro lado, as recentes revelações sobre eventuais ligações da C.I.S.L. (Confederação Intersindical dos Sindicatos Livres) à C.I.A. proporcionaram ainda um clima de maior desconfiança e hostilidade por parte dos trabalhadores em relação às organizações representativas do sindicalismo “pluralista”. Daí o mau ambiente que envolveu o seminário promovido pela C.I.S.L. em Lisboa, durante este mês, com protestos da Intersindical e outros sindicatos a ela afectos. Só que, esta preocupação manifestada pela Intersindical em relação ao “pluralismo” — indo ao ponto de pretender impôr por decreto a “unicidade” na futura lei — oculta uma questão mais funda. É que, para além da oposição simplista “pluralismo-unicidade” — que

traduz, além do mais, um falso dilema para os trabalhadores — o que a Intersindical insiste em apresentar é a sua versão de “unicidade” como a única possível. Ora, um dos pontos interessantes — embora insuficientemente difundidos — no confronto de “linhas” sindicais é o de se oporem dois conceitos fundamentais de unidade. Uma “unicidade” em termos administrativos, decretada, para reforçar o poder de controlo de um organismo central sobre as organizações que integra. Ou uma unidade que, partindo das próprias experiências de luta e de uma prática de classe consequente por parte dos trabalhadores, se tem de traduzir, necessariamente, numa organização unitária.

Ao colocar tanto ênfase na questão do “pluralismo”, o que pretende a Intersindical — acusam alguns meios sindicais de esquerda — é não perder o controlo que o seu aparelho pretende exercer sobre a actividade dos sindicatos. E para a Intersindical tudo quanto não se coadune com o seu conceito de “unicidade” pertence inevitavelmente ao âmbito do “pluralismo”, à “reacção”...

Um episódio revelador

Já quase a fechar o ano, um episódio extremamente revelador veio ilustrar, com exemplaridade, este conjunto de questões. Trata-se das tentativas empreendidas pelos meios sindicais reformistas para impedir a integração do sindicato dos trabalhadores plásticos no sindicato dos trabalhadores químicos (ver o último número do EXPRESO). Tentativas que culminaram em processos de coacção que tornaram necessária a expulsão da assembleia, realizada no último domingo e dirigida por elementos das Forças Armadas, de alguns opositores da integração, responsáveis por essa actuação coerciva.

Dois pesos, duas medidas. Aqui, minoritários, os meios reformistas procuraram impedir uma integração que iria reforçar um sindicato — o dos químicos — cuja linha política, de classe, se opõe à orientação dominante na In-

tersindical. O que quer dizer que, neste caso, os adeptos daquela orientação, para evitarem a consumação de um processo que sabiam não poder controlar, operaram no sentido da divisão e não no da unidade. No entanto, a cada momento a Intersindical reclama-se, insistentemente, de sindicalismo vertical e da unidade sindical. Com a condição, evidentemente, de ser uma unidade controlada...

30 DEZ. 1974

Actividades sindicais

A INTERSINDICAL EM OSLO — Realizou-se, em Oslo, uma reunião entre uma delegação da Intersindical Nacional Portuguesa, composta por Antero Martins, João Fonseca e Carlos Carvalho, e uma representação da Landsorganisasjonen (central sindical norueguesa), estando presentes, em nome desta, Einar Strand e Kaare Sandegreen.

As delegações tiveram possibilidade de se informarem mutuamente sobre a situação sindical nos dois países e estudarem novas formas de contacto entre a organização sindical portuguesa — a Intersindical e a sua congénere norueguesa — a Landsorganisasjonen (LO).

A CAPITAL

LISBOA

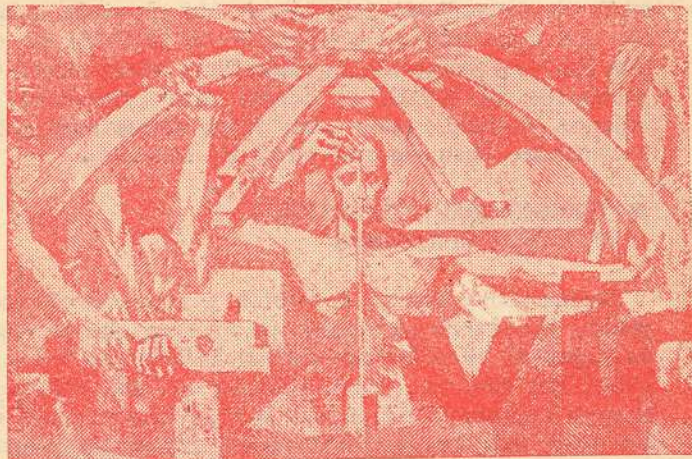
30 DEZ. 1974

Sindicalistas portugueses

O estudo de novas formas de contacto entre a organização sindical portuguesa — Intersindical — e a sua congénere norueguesa — Landsorganisasjonen — foi objecto de uma reunião que decorreu em Oslo entre representantes das duas organizações.

No decurso do encontro, que decorreu de «forma amigável», as duas delegações trocaram informações quanto à situação sindical nos respectivos países.

A representação da Intersindical foi confiada aos dirigentes Antero Martins, João Fonseca e Carlos Carvalho.



da sindical

Ingerência da C.I.S.L. na organização sindical portuguesa

Perante as notícias que têm vindo a público sobre a realização no nosso país, por iniciativa da C.I.S.L., de um «seminário de sindicalistas» portugueses e estrangeiros, a Intersindical Nacional cumpre o dever de esclarecer o seguinte:

1. Na defesa da unidade do movimento sindical português e internacional, a Intersindical Nacional, em Assembleia Plenária de Sindicatos, decidiu abster-se da filiação em qualquer das centrais sindicais internacionais.

2. Tal decisão não tem impedido que a intersindical sempre tenha demons-

trado disponibilidade para manter com todas as confederações nacionais e internacionais representativas as melhores relações de amizade e colaboração, com base nos princípios que regem a normalidade das relações entre as organizações de trabalhadores, incluindo o de respeito mútuo e de não ingerência.

3. Esta posição da Intersindical Nacional foi já oportuna e claramente exposta, em entrevistas realizadas na sede do nosso movimento, a qualificados dirigentes das três confederações mundiais, incluindo a

C.I.S.L., e mereceu de todas elas plena aceitação.

4. Contrariamente às afirmações produzidas por representantes da C.I.S.L., em conferência de imprensa realizada em Lisboa, não é verdade que a intersindical se tenha negado a estabelecer quaisquer relações de colaboração.

5. Naturalmente, a Intersindical Nacional não aceita nem a exigência de um tratamento preferencial nem a sua subordinação a qualquer das confederações.

6. A Intersindical Nacional considera que a iniciativa da C.I.S.L. de promover, em Portugal, a discussão de problemas que respeitam aos trabalhadores portugueses sem o prévio acordo e a participação da organização sindical portuguesa respeita os referidos princípios, só dificultando normais relações do movimento sindical português com aquela confederação.

7. De igual modo, a Intersindical considera grave que um dirigente da C.I.S.L., presente nestas circunstâncias em Portugal, use publicamente a sua qualidade de secretário do Grupo de Trabalhadores da O.I.T., em atitude que contrasta com a posição assumida em 1971, quando, sob o fascismo, os trabalhadores portugueses reclamaram medidas contra a repressão de que eram alvo os dirigentes sindicais.

8. A Intersindical assinala as contraditórias notícias que vêm sendo publicadas acerca da representatividade dos «sindicalistas» presentes ao seminário. Mais uma vez se verifica, por um lado, a tentativa de «personalidades» se apresentarem como representantes dos trabalhadores e, por outro, a manifesta ignorância em que alguns «representantes» teimam em confinar-se no que respeita ao movimento sindical português, hoje como no passado.

9. A Intersindical corrobora a afirmação feita pelo dirigente da C.I.S.L. de que a Lei Sindical portuguesa «deverá ser decidida pelos trabalhadores e por mais ninguém».

Nesta medida, e perante a opção feita massivamente pelos trabalhadores portugueses, a Intersindical considera intempestiva e contraditória essa outra

afirmação do mesmo responsável de que não pode aceitar que a lei consagre a unicidade.

10. A Intersindical Nacional regista que nas posições abusivamente assumidas em assuntos de exclusivo interesse e competência dos trabalhadores portugueses os representantes da C.I.S.L. são acompanhados por alguns «militantes sindicais-

tas» que se definem partidariamente, o que profundamente se lamenta — embora se compreenda.

11. A Intersindical Nacional continua a confiar que a Lei Sindical a publicar pelo Governo Provisório reflectirá a opção livre e massivamente feita pelos trabalhadores portugueses, dispensando a cópia mecânica de modelos estrangei-

ros que não se adaptam às condições reais da vida portuguesa, assim defendendo a unidade da classe trabalhadora e favorecendo a aliança do Povo com o MFA, essencial ao processo de democratização em Portugal.

Unidos, organizados e vigilantes venceremos.

Viva Portugal independente.

ELEIÇÕES NO SINDICATO DA MARINHA MERCANTE

VITÓRIA DA LISTA A

A lista A saiu vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

A lista vencedora apoia a Intersindical e afirma não se «preocupar com a apresentação de um programa de reivindicações aliciantes, por ter perfeita consciência de que os meios de luta da classe trabalhadora passam para além de promessas oportunistas que, na prática, se traduzem na obstrução do processo de democratização em curso no nosso país».

A Direcção é constituída por António Duarte Dias, Carlos Guilherme Barros Marques, Eduardo Monteiro, Frederico Fernandes Pereira, João dos Santos Gafeira, Luís Basílio de Almeida e Maria Luísa de Abreu.

TRABALHADORES, PELA UNIDADE SINDICAL

A Intersindical Nacional chegaram os seguintes telegramas:

«Tripulação n/t Príncipe Perfeito junta sua voz aos milhões trabalhadores portugueses que se pronunciam consagração legal princípio unicidade sindical repudiando toda medida que facilite pluralismo sindical e consequente divisão trabalhadores».

TODA A TRIPULAÇÃO»

«Reunião geral tripulantes navio Uige decidido inteiro apoio vosso projecto Lei Associações Sindicais Stop Saudações sindicais».

COMISSÃO DELEGADOS»

Foi recebido ainda um abaixo-assinado de centenas de trabalhadores portuários em apoio às resoluções do Plenário Extraordinário da Intersindical Nacional de 30 de Novembro de 1974.

Foi igualmente recebido um outro abaixo-assinado com mais de 5600 assinaturas de trabalhadores metalúrgicos do Distrito do Porto, no qual aqueles trabalhadores fazem reclamações idênticas às que foram aprovadas no Plenário.

Trabalhadores da SOREL contra as manobras reaccionárias

Logo após o «25 de Abril», os trabalhadores da Sorel formularam um conjunto de reivindicações que não se podiam de forma alguma considerar exageradas. As negociações arrastaram-se até agora tendo-se a Administração recusado a ceder em relação a três pontos considerados fundamentais: 1) A exigência de um subsídio de refeição; 2) a abolição das gratificações especiais que a Administração distribui apenas a meia dúzia de escolhidos e cujo montante serviria para compensar o subsídio de alimentação; e 3) o saneamento de três indivíduos, todos eles chefes e que sempre se mostraram repressores dos trabalhadores e autênticos polícias da empresa.

Como a Administração tentasse sempre adiar as soluções, os trabalhadores recorreram ao Ministério do Trabalho. Na primeira reunião a Administração foi «apalpar o terreno». Na segunda apareceu com uma posição de força, intransigente e provocatória à dignidade dos trabalhadores.

Esta manobra insere-se na estratégia do grande capital a fim de sabotar a nova ordem democrática e desorganizar a vida económica nacional.

Mas os trabalhadores têm uma consciência de classe que o capitalismo não destruirá. Eles não «embarcam» nessas manobras provocatórias.

Os trabalhadores da Sorel alertam o Governo Provisório, o Ministério do Trabalho, o povo e os trabalhadores em geral para estas

manobras reaccionárias ao mesmo tempo que esperam a boa compreensão dos clientes para o momento difícil que se vive nesta empresa.

Denúncia de servidores do fascismo

A União dos Sindicatos de Aveiro-Intersindical emitiu um comunicado no qual denuncia dois zelosos servidores das forças de repressão fascistas. São eles:

1) ANTONIO VIEIRA DA SILVA, presidente da Secção de Águeda do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, em 25 de Novembro de 1972.

Este «sindicalista» através de carta confidencial dessa data, assinada pelo seu punho, remetia uma «circular que foi recebida com o carimbo do correio de Paço de Arcos» e fazia brilhantes considerações: «como entendemos que a sua propaganda pode não corresponder à verdade, o que assim seja, pois razão tiveram os metalúrgicos e de uma maneira geral têm sabido corresponder aos apelos do Sindicato e confiam no pulso certo dos Dirigentes do I.N.T.P. em Portugal e muito especialmente nas Delegações distritais, de quem somos directos colaboradores». E depois deste pedaço de prosa vil e untuosa, assina «A Bem da Nação»...

Estará prevista a partida deste «sindicalista» para junto do «sindicalista» pide que pretende ser ministro do Trabalho do Governo Português no Exílio?!

2) MANUEL SOARES CALIXTO, chefe de serviços do Sindicato Nacional dos Operários Manufatureiros de Papel e Ofícios Correlativos do Distrito de Aveiro, com sede em Paços de Brandão. Este senhor, em 18 de Abril deste ano (é preciso ter azar, ó senhor Calixto...) também remetia, em confidencial e «para os fins que julgar convenientes» um «panfleto subversivo que ontem deu entrada neste Sindicato». Estas pessoas são muito parecidas na untuosidade e no servilismo; também este assina «A Bem da Nação» e afirma «tenho a honra de remeter a V. Ex.»...

Ambos os documentos foram enviados ao dr. Alberto Oliveira, ex-delegado do I.N.T.P. de Aveiro e já saneado pelos trabalhadores deste Distrito.

É bom que os trabalhadores não fiquem com dúvidas acerca de quem se tem servido deles, com a capa de os ter servido.

A C.I.S.L. e o «sindicalismo democrático»

Termina hoje um seminário internacional iniciado no dia 16, promovido pela CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres) e para o qual aquela organização convidara «20 sindicalistas portugueses e 25 sindicalistas providos de numerosas confederações sindicais da Europa e aderentes à CISL».

O tema central do seminário, que teve lugar no Hotel das Arribas, seria o estudo de problemas dos jovens trabalhadores e a «análise do esforço de reconstrução do sindicalismo democrático nos países como Portugal, Grécia, Moçambique, Angola, etc.»

Esta iniciativa da CISL constitui uma intolerável ingerência na vida do movimento sindical português, pois atenta contra uma das suas características mais marcantes — a sua opção unitária.

É muito grave que uma Confederação Internacional se permita analisar «o esforço de reconstrução do sindicalismo democrático» no nosso país na ausência das organizações representativas dos trabalhadores portugueses. Mais grave ainda que trabalhadores portugueses («sindicalistas») colaborem numa iniciativa que além de altamente suspeita, é nitidamente divisionista.

Os trabalhadores portugueses ainda agora a propósito da lei das associações sindicais disseram claramente que recusam quaisquer formas de «pluralismos» e mais: que é seu desejo que a lei consagre a unicidade sindical.

A ingerência da CISL na vida sindical portuguesa assume neste contexto aspectos tais que levarão a ter presente informações que periodicamente vêm a lume sobre aquela Confederação.

Ainda há dias, os jornais publicavam um telegrama da «Reuter» transcrevendo passos de um livro publicado pelo antigo agente de C.I.A. Philip Agee

O autor não se coíbe de citar nomes de pessoas e organizações que afirma serem instrumentos da CIA. «Assim, aponta George Meany, presidente da Federação Americana do Trabalho, que diz ser o principal agente da CIA no movimento sindical americano».

O antigo agente salienta o interesse que a CIA dedica aos sindicatos em todos os países estrangeiros, tendo criado como principal instrumento dessa intervenção a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (C.I.S.L.), com sede em Bruxelas».

Todos os sindicatos portugueses verdadeiramente representativos emitiram imediatos comunicados denunciando a manobra da CISL e seus fautores.

FRIGORÍFICOS EM CHAPA ESMALTADA DESDE 2.790.000

MÁQUINAS DE LAVAR DESDE 3.500.000

COM 2 CANAIS TV

GÁS MOBIL ELECTRODOMÉSTICOS

DIGAS

Grande comício da Intersindical

Exigidas imediatas medidas antimonopolistas e antilatifundiárias

• Reafirmada a unicidade sindical

A Intersindical Nacional promoveu ontem comícios em Lisboa, Vila Franca de Xira e Torres Vedras, onde se abordaram os temas da Lei Sindical, resultados da discussão e vontade dos trabalhadores, e o desemprego, no contexto da luta antimonopolista e anticapitalista.

No Pavilhão dos Desportos de Lisboa compareceram milhares de trabalhadores, que constantemente apoiaram os oradores, vitorizando a unidade sindical, o M. F. A., a unidade Povo-Forças Armadas, exigindo a unicidade sindical e protestando contra o império dos monopólios.

A mesa do comício, presidida por Alvaro Rana, do Sindicato dos Delegados da Propaganda Médica e membro do Secretariado da Intersindical, era constituída por Sequeira Branco, do Sindicato dos Motoristas, Filomena Carvalho Santos, do Sindicato dos Caixeiros, José Gaspar, do Sindicato dos Ferroviários, Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, e Ribeiro da Silva, do Sindicato dos Electricistas do Sul.

Ainda na mesa do comício, o representante do ministro do Trabalho, tenente Bargão Santos e o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas.

Convidados para o comício representantes dos partidos da coligação governamental, do M. D. P./C. D. E. e do M. E. S., apenas compareceram ao serem convidados para a mesa, Sérgio Calhau e Maria Rosa Rabiais, pelo P. C. P.; Vítor Dias, pelo M. D. P./C. D. E., e António Pinto Basto, pelo M. E. S.

Alvaro Rana abriu a sessão, apontando para o tema fundamental que preocupa os trabalhadores — a unidade sindical.

«Somos nós, trabalhadores portugueses que queremos a consagração deste princípio na futura e esperemos que muito próxima Lei Sindical», disse. Mais à frente referia que os trabalhadores estão dispostos a produzir mais e melhor, mas os seus esforços terão de reverter para todos os que trabalham e não para alimentar uma minoria exploradora.

«As leis têm de ser feitas com clareza, eliminando os privilégios de uma minoria exploradora» assinalou o dirigente sindical, que terminou alertando os trabalhadores para a necessidade do reforço do espírito de luta frente aos difíceis obstáculos a vencer e apelando para a manutenção da unidade com o M. F. A., garantia da vitória.

A grande base de luta

Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos, em representação da União dos Sindicatos do Sul, iniciou a série de intervenções.

Depois de saudar todos os trabalhadores o M. F. A. e o ministro do Trabalho, Carlos Carvalho viria a afirmar que a unidade e a organização dos trabalhadores sempre foi a grande base da luta por melhores condições de vida e de trabalho e para a criação das condições geradoras do 25 de Abril e da vitória de 28 de Setembro.

O dirigente sindical dos Metalúrgicos prosseguiu:

«Do que se trata, essencialmente, no que respeita à Lei Sindical, não é do Governo impor o que quer que seja aos trabalhadores, mas antes de os trabalhadores, defendendo a sua unidade reclamarem do Governo a consagração, na lei, da unicidade sindical.

«Invocar a liberdade para combater a vontade dos trabalhadores é na prática, estar contra eles, defendendo objectivamente interesses antagónicos dos nossos interesses de classe.

Mais à frente, referiu Carlos Carvalho, que a «experiência da luta dos trabalhadores nos países de economia capitalista, da Europa e de outros continentes, onde existem diversas Centrais Sindicais e mais do que um sindicato para a mesma profissão ou ramo de actividade, mostra bem o preço que os tra-

balhadores têm pago pela existência do pluralismo sin-

«Cem mil desempregados actualmente»

Em nome do Sindicato dos Electricistas do Sul interveio, seguidamente, Pereira da Silva.

Aquele dirigente sindical, na sua intervenção, debruçou-se, sobretudo, sobre a necessidade de energias medidas antimonopolistas e antilatifundistas.

A certo ponto afirmou:

«A apreensão crescente com que os trabalhadores encaram a não resolução dos grandes problemas nacionais impõe que se reclamem medidas que assentem inequivocamente na defesa de uma política económica que ponha os recursos nacionais realmente ao serviço das massas trabalhadoras e do Povo Português em geral.

«Ultrapassam já os 100 mil o número de trabalhadores desempregados neste momento. A continuarmos assim tudo indica que este número cresça com todas as graves repercussões na economia nacional, com particular insidência nas condições de vida da classe trabalhadora. É inadmissível que haja milhares de trabalhadores rurais sem emprego, enquanto há grandes extensões de terra por cultivar. É inadmissível que milhares de trabalhadores da construção civil estejam sem trabalho, quando há tanta gente a viver em barracas e tantos outros mal alojados. Não se pode admitir que os trabalhadores da fabricação electrónica sejam despedidos aos milhares, só porque as multinacionais decidem reduzir a laboração.»

Usou da palavra, a seguir, Maria Filomena Carvalho Santos, pelo Sindicato dos Caixeiros, que se referiu aos latifundiários, industriais e banqueiros que se são presos por sabotagem à economia nacional não devem ser «julgados», com as leis que eles próprios fizeram e serem absolvidos pelas pressões dos seus amigos e aliados de classe.

Filomena Carvalho Santos terminou afirmando que tinha chegado a hora de «uma justa política económica garantir trabalho para todos e uma mais justa distribuição do produto desse trabalho. Chegou a hora de serem reestruturados e postos ao serviço dos trabalhadores o Fundo do Desemprego o Fundo do Fomento de Mão-de-Obra e o Serviço Nacional de Emprego. Exigem-no os superiores interesses do País e o inalienável direito ao trabalho de todos os que para subsistir, nada mais têm do que a força dos seus braços!»

Não às leis «tapa-buracos»!

Sequeira Branco, do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa, depois de abordar a necessidade — e o desejo por parte dos trabalhadores — da consagração do princípio de unicidade sindical, referiu-se à situação de desemprego no nosso País provocada pelos grandes monopólios e latifundiários, e à indispensável adopção por parte do Governo de medidas imediatas e incisivas para combater a situação.

«Mas a propósito de medidas governamentais, queremos dizer o seguinte: não queremos leis «tapa-buracos», isto é, medidas que pretendam lavar a face suja do capitalismo e para melhor geri-lo. O capitalismo tem a face suja por natureza! Queremos, sim, que o Plano Económico de Emergência, actualmente em discussão no Conselho de Ministros, seja efectivamente antimonopolista, que abra o caminho para uma verdadeira democracia. E democracia para nós significa não proclamar a liberdade como sinónimo de liberalismo, mas sim a liberdade e o direito de os trabalhadores serem os exclusivos beneficiários do lucro que produzem, e de os trabalhadores participarem directamente

na resolução de problemas que lhes dizem respeito. Pensamos que deveria ter sido dado a discutir o Plano Económico de Emergência à classe trabalhadora através dos seus sindicatos. Visto sermos nós os principais interessados no curso da democratização do País e da economia nacional» — concluiu Sequeira Branco.

O princípio da unicidade é uma exigência de classe

Depois da intervenção do representante do Sindicato da Indústria Hoteleira, Américo Nunes, interveio, em nome do Secretariado da Intersindical, o ferroviário José Gaspar.

Na sua intervenção, o Secretariado da Intersindical focou, essencialmente, dois tipos de questões — as relacionadas com a unicidade sindical e as respeitantes à necessidade da adopção de uma estratégia antimonopolista e antilatifundista como meio de reforçar a aliança do povo com o M. F. A. e consolidar a democracia em Portugal.

Na primeira parte da sua intervenção o Secretariado da Intersindical afirmou, nomeadamente:

«Um problema que nos preocupa a todos neste momento é o da organização sindical. E compreende-se porquê. Constituindo nós, trabalhadores, uma classe social, a classe social maioritária e mais progressiva na sociedade e no modo de produção capitalistas, é perfeitamente natural que nos preocupemos com a nossa organização de classe, sobretudo quando a vemos ameaçada por forças que lhe são estranhas.

E mais adiante: «Os trabalhadores portugueses tomaram posição pública perante o problema, e estamos aqui reunidos para a reiterar, afirmando ao Governo Provisório, ao M. F. A. e a todo o Povo Português que é nossa vontade determinada que tenha consagração legal o princípio da unicidade sindical, o único que reforça a posição dos trabalhadores, reforçando a defesa intransigente dos seus interesses colectivos de classe, e afirmando ainda a nossa categorica rejeição de qualquer outra solução, por contrária a esses mesmos interesses (...)

«O movimento sindical tem de ser cada vez mais um amplo movimento de massas da classe trabalhadora, empenhado numa luta sem tréguas pela defesa dos interesses colectivos da maioria esmagadora da população portuguesa, por ela constituída. Tendo nós consciência bem clara disto, de que é fundamental o nosso papel na evolução da sociedade portuguesa, evolução essa de que somos o motor principal, facilmente podemos identificar com interesses de classe antagónicos aos nossos as posições de defesa do pluralismo sindical. Na verdade, quem além da reacção, do capital monopolista e do imperialismo internacional, interessados logicamente no enfraquecimento do movimento sindical e atomizados perante o seu crescimento, defende o pluralismo sindical?»

Reforço da democracia depende de medidas urgentes

Salientada a importância da unicidade e do seu reconhecimento legal para que o movimento sindical dos trabalhadores pudesse desempenhar a sua missão histórica no momento político que se vive em Portugal, o Secretariado da Intersindical abordou, em seguida, a necessária adopção de medidas antimonopolistas.

«Há que distinguir, em cada momento, os verdadeiros interesses e por eles lutar. E o verdadeiro interesse do Povo Português, das classes trabalhadoras consiste, neste momento, na consolidação das estruturas pré-democráticas como primeiro passo para a edificação de uma sociedade amplamente democrática. Tal tarefa passa necessariamente, por um lado, pela unidade dos trabalhadores e das forças democráticas e pelo reforço da aliança do Povo com o M. F. A.; por outro lado, pelo decidido combate aos grandes grupos monopolistas e aos latifundiários, através maiores e inimigos principais da Democracia Portuguesa». — começou-se por afirmar.

A tomada de posição da Intersindical, terminava da seguinte forma:

«Quando das intenções, as Forças Armadas passam à prática, detendo sabotadores, criminosos que atentam contra o projecto democrático que é do Povo, este reforça a sua aliança com as Forças Armadas. Porém, quando os sabotadores são soltos, quando os conspiradores vêm de novo para a rua, o Povo tem razões

para ficar alarmado. Confiantes, embora, nas Forças Armadas, os trabalhadores não podem deixar de lutar para que se extirpe pela raiz o mal que nos afecta, o que de imediato significa: lutar pela nacionalização da banca e das companhias de seguros; lutar pela nacionalização das indústrias de base e de transportes; lutar pela expropriação dos terrenos incultos aos latifundiários; lutar pela intervenção estatal nos circuitos de distribuição; lutar pelo «controle» estatal das relações de comércio externo, impedindo a fuga de divisas e evitando a delapidação de reservas em importações desnecessárias; lutar pela restrição à saída de lucros; lutar pela restrição à repatriação de capitais; lutar pela proibição de empreendimentos estrangeiros que outra coisa não visem que a exploração da nossa mão-de-obra ou o domínio do mercado nacional.

Só assim será possível conter a inflação do preço dos bens de primeira necessidade, inflação que neutraliza na prática as conquistas alcançadas em matéria salarial após o 25 de Abril; só assim será possível por fim aos despedimentos e criar mais postos de emprego a ocupar pelos nossos camaradas; só assim será possível, na realidade, lançar as bases da nossa política económica posta ao serviço do povo português. Só assim será possível construir a democracia! Só assim será possível evitar o regresso ao fascismo!

Telegrama ao Governo

No decorrer do comício foi ainda aprovada por aclamação, pelos 6 mil trabalhadores presentes, um telegrama a enviar ao Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves e ao Conselho de Ministros em que se reafirma o princípio da unicidade sindical — e o desejo da sua consagração legal — e se denunciavam as manobras de divisão de trabalhadores.

Os mineiros de Pegões e Aljustrel enviaram também telegramas ao comício repudiando a libertação dos «sabotadores» económicos presos à luz da «legislação» fascista e exigindo o saneamento do Supremo Tribunal de Justiça.

«Pelo combate à sabotagem e à exploração!»

Um dos temas que viria a ser debatido, por vários oradores, no comício de ontem à noite no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, era o da necessária vigilância e luta contra a sabotagem económica praticada por grupos monopolistas.

Sobre esse mesmo tema, nas vésperas dos comícios de ontem, o Secretariado da Intersindical difundira um importante comunicado em que se afirmava que tinha sido «com geral satisfação que os trabalhadores portugueses e as suas organizações de classe» tinham tomado conhecimento das prisões de «conhecidos sabotadores da economia, suspeitos ou agentes de capital monopolista».

Considerando essa medida não um «acto revolucionário», mas um corajoso avanço no cumprimento do Programa do M.F.A., o Secretariado da central única dos trabalhadores portugueses referia que «as medidas ordenadas pelo Governo ao Copcon surgiram como uma clara demonstração de que o Governo estava disposto a levar por diante a estratégia económica antimonopolista» proposta no Programa do M.F.A.

Mais adiante, lembrando que «a política económica antimonopolista tem de passar necessariamente por medidas que impeçam que os interesses egoístas de uma escassa minoria continuem a prevalecer sobre os mais instantes necessidades de um Povo inteiro diariamente explorado», o Secretariado da Intersindical salientava que os mesmos trabalhadores que tinham saudado «as medidas saneadoras tomadas em 13 deste mês», perante «a libertação «legalista» de alguns dos atingidos pelas medidas ordenadas pelo Governo Provisório» levantaram «a sua voz de protestos».

E concluiu: «os trabalhadores portugueses não podem compreender que alguém, cegamente, pretenda esquecer que à «legalidade» fascista se substituiu em 25 de Abril, a legitimidade revolucionária do M.F.A. Os trabalhadores portugueses não podem compreender que à sabotagem económica dos monopolistas e seus agentes se junta a tibieza ou a sabotagem de uma justiça que deve, que tem de estar ao serviço do Povo. Os trabalhadores portugueses entendem que, ao serem postas em causa as justas medidas tomadas pelo Governo Provisório e executadas pelo Copcon, foram os próprios interesses do Povo Português que se põem em causa!»

DEFENDIDA A UNIDADE E UMA POLÍTICA ECONÓMICA ANTIMONOPOLISTA

A defesa da unicidade sindical, a exigência de medidas antimonopolistas e antilatfundárias e a actual situação de desemprego de muitos milhares de trabalhadores portugueses foram os temas dominantes nos comícios que, ontem, a Intersindical promoveu em Lisboa, Vila Franca de Xira e Torres Vedras.

No comício de Lisboa, realizado no Pavilhão dos Desportos, na mesa da presidência encontravam-se, além dos membros do Secretariado da Intersindical, representantes do Movimento das Forças Armadas, tenente Bargão Santos; do ministro do Trabalho, João Amaral; o secretário de Estado da mesma pasta, dr. Carlos Carvalhas e ainda representantes das seguintes organizações partidárias: P. C. P., Sérgio Calhau e Maria Rosa; M. D. P.-C. D. E., Vítor Dias; e M. E. S., António Pinto Basto.

Alvaro Rana, do Sindicato dos Delegados da Propaganda Médica e membro do Secretariado da Intersindical, abriu a sessão, apontando para o tema que preocupa os trabalhadores — a unidade sindical.

«Somos nós, trabalhadores portugueses, que queremos a

consagração deste princípio na futura e esperemos que muito próxima Lei Sindical», disse. Mais à frente referia que os trabalhadores estão dispostos a produzir mais e melhor, mas os seus esforços terão de reverter para todos os que trabalham e não para alimentar uma minoria exploradora. «As leis têm de ser feitas com clareza, eliminando os privilégios de uma minoria exploradora» assinalou o dirigente sindical, que terminou, alertando os trabalhadores para a necessidade do reforço do espírito de luta frente aos difíceis obstáculos a vencer e apelando para a manutenção da unidade com o M. F. A., garantia da vitória.

Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos e representante da União dos Sindicatos do Sul, acentuaria, noutro discurso:

«Do que se trata, essencialmente, no que respeita à Lei Sindical, não é do Governo impor o que quer que seja aos trabalhadores, mas antes de os trabalhadores, defendendo a sua unidade reclamarem do Governo a consagração, na lei, da unicidade sindical. Invocar a liberdade para combater a vontade dos trabalhadores é na prática, estar contra eles, defendendo objectivamente interesses antagónicos dos nossos interesses de classe.»

Mais à frente, referiu Carlos Carvalho, que a «experiência da luta dos trabalhadores nos países de economia capitalista, da Europa e de outros continentes, onde existem diversas centrais sindicais e mais do que um sindicato para a mesma profissão ou ramo de actividade, mostra bem o preço que os trabalhadores têm pago pela existência do pluralismo sindical».

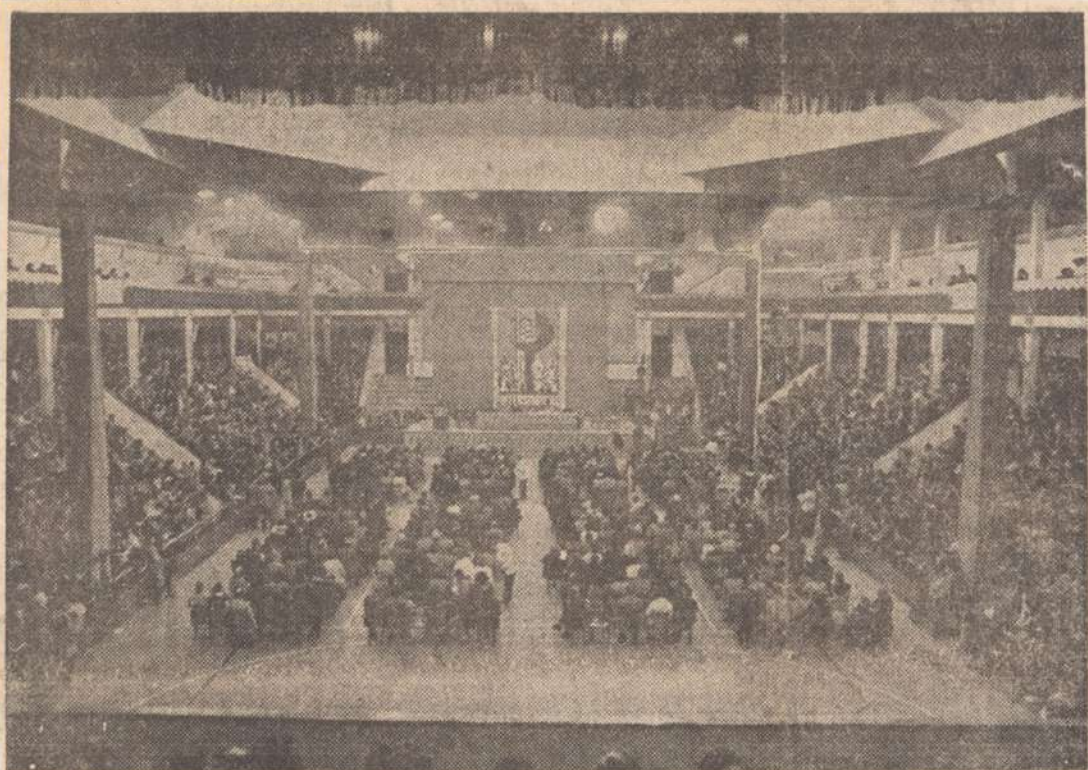
Em nome do Sindicato dos Electricistas do Sul interveio, seguidamente, Ribeiro da Silva.

Aquele dirigente sindical, na sua intervenção, debruçou-se, sobretudo, sobre a necessidade de enérgicas medidas antimonopolistas e antilatfundistas.

A certo ponto afirmou:

«A apreensão crescente com que os trabalhadores encaram a não-resolução dos grandes problemas nacionais impõe que se reclamem medidas que assentem inequivocamente na defesa de uma política económica que ponha os recursos nacionais realmente ao serviço das massas trabalhadoras e do povo português em geral. Ultrapassam já os 100 mil o número de trabalhadores desempregados neste momento. A continuarmos assim tudo indica que este número cresça com todas as graves repercussões na economia nacional, com particular incidência nas condições de vida da classe trabalhadora. É inadmissível que haja milhares de trabalhadores rurais sem emprego, enquanto há grandes extensões de terra por cultivar. É inadmissível que milhares de trabalhadores da construção civil estejam sem trabalho, quando há tanta gente a viver em barracas e tantos outros mal alojados. Não se pode admitir que os trabalhadores da fabricação electrónica sejam despedidos aos milhares, só porque as multinacionais decidem reduzir a laboração.»

Falaram, ainda, Maria Filomena Carvalho Santos, dos Caixeiros; Sequeiro Branco, dos Motoristas; Américo Nunes, da Indústria Hoteleira e José Gaspar (ferroviário), em nome da Intersindical Nacional.



Cerca de seis mil pessoas acorreram, ontem, ao Pavilhão dos Desportos, ocupando parte do ringue e as bancadas para assistir ao comício convocado pela Intersindical

DESTRUIR OS MONOPÓLIOS PARA QUE SEJA POSSÍVEL A DEMOCRACIA AUTÊNTICA

—política defendida no comício da Intersindical

«Não podemos aspirar a viver em democracia enquanto se entrococarem frontalmente os interesses da maioria esmagadora da população e os de reduzido número de grandes capitalistas possuidores, no entanto, de enorme poderio», disse, ontem, em nome do Secretariado da Intersindical,

José Gaspar, durante o comício que aquela organização promoveu no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, onde acorreram cerca de seis mil trabalhadores que enchiam por completo o vasto recinto. A mesa da presidência sentaram-se, além dos membros do Secretariado da Intersindical, re-

presentantes do Movimento das Forças Armadas, tenente Bargaço Santos; do ministro do Trabalho, João Amaral; o secretário de Estado da mesma pasta, dr. Carlos Carvalhas; e ainda, das seguintes organizações partidárias: P. C. P., Sérgio Calhau e Maria Rosa; M. D. P./C. D. E., Vítor Dias;

(Continua na 9.ª página)

A DEFESA DA UNIDADE PONTO SALIENTE DOS DISCURSOS NO COMÍCIO DA INTERSINDICAL

(Continuado da 1.ª página)

e M. E. S., António Pinto Basto.

O comício teve início cerca das 22 horas, com toda a assistência gritando «Sim, sim, sim à unidade», palavra de ordem lançada por trabalhadores de Sorel que empunhavam um cartaz no qual expressavam o seu repúdio pelo pluralismo sindical. Após breves palavras de abertura, proferidas por Al-

varo Rana, que orientou a sessão, falaram, sucessivamente, Carlos Carvalho, da União dos Sindicatos do Sul; Ribeiro da Silva, do Sindicato dos Electricistas; Maria Filomena Carvalho Santos, dos Caixeiros; Sequelro Branco, dos Motoristas; Américo Nunes, da Indústria Hoteleira; e José Gaspar (ferroviário) em nome da Intersindical Nacional. Todos os oradores se referiram à conveniência da Lei das Associações Sindicais passar a consagrar, concretamente, o princípio da unidade e unicidade sindical, assim como à necessidade de derrubar os monopólios e latifúndios para se poder, definitivamente, viver em autêntica democracia.

O representante da U. S. S., depois de lembrar que a unidade e organização se devem o 25 de Abril e a vitória sobre a chamada «maioria silenciosa», disse:

«A classe trabalhadora é profundamente democrática e tem a consciência de que se neste momento histórico a Lei das Associações Sindicais não consagrar o princípio da unicidade sindical, isso, na prática traduzir-se-á: Por um lado, no avanço imediato de forças e grupos que nada, ou muito pouco, têm a ver com as classes laborais; no sentido de criarem organizações sindicais paralelas, tentando dividir-nos e enfraquecer-nos; por outro lado, na dispersão de energias, prejudicando a participação unitária dos trabalhadores na construção de um País verdadeiramente democrático.»

A consignação da unidade sindical na lei

Carlos Carvalho frisou, em seguida, que a consignação na lei desse princípio nunca poderá assumir carácter de imposição do Governo, mas apenas uma reclamação dos trabalhadores. E, negando que tal seja uma restrição à liberdade, afirmou:

«A liberdade que os trabalhadores desejam, é a que lhes permita defenderem intransigentemente os seus interesses de classe! Isto, implica, a necessidade de existir uma única organização sindical, amplamente democrática, como forma de atingir esses objectivos e o fim da exploração que resulta de uma sociedade dividida em classes. A experiência da luta dos trabalhadores nos países de economia capitalista, da Europa e de outros continentes, onde existem diversas centrais sindicais e mais do que um sindicato para a mesma profissão ou ramo de actividade, mostra bem o preço que os trabalhadores têm pago pela existência do pluralismo sindical. Esse preço traduziu-se historicamente por um atraso e, por vezes, retrocesso na sua luta, resultante da introdução no seu seio e no das suas organizações unitárias, de agentes da reacção ligados ao grande capital ou a outros interesses, que a coberto da legislação existente permitiu a divisão dos trabalhadores.»

O orador prosseguiu dizendo que os que defendem o pluralismo escondem aos olhos dos trabalhadores as suas péssimas consequências. Seguidamente, lançou-se na análise da acção dos capitalistas:

«As tentativas de boicote económico são por demais evidentes. A fuga de capitais, a não concessão de crédito às pequenas e médias empresas por parte dos banqueiros, a retracção dos investidores estrangeiros apesar de todas as promessas de ajuda feitas por vários políticos, que apenas servem para nos fazer perder tempo e criar cada vez mais dificuldades à nossa economia, apontam para soluções urgentes e imediatas por parte do M. F. A. e do Governo Provisório.» E referiu depois, o problema do desemprego, para acentuar a necessidade de que o Plano de Transição Económica venha imediatamente estabelecer medidas que ponham cobro a esta situação. «A nacionalização de toda a banca, das indústrias base, medidas que apontem para uma reforma agrária, a revisão dos circuitos comerciais quer internos quer externos, a diminuição das importações pelo aumento da produtividade nacional, passando por uma reconversão industrial e pela criação de novos postos de trabalho, o reforço do comércio com os países socialistas e do terceiro mundo, são alguns dos aspectos de extrema importância e de imediata execução» — disse e, após sublinhar que a reconstrução do país não pode ser apenas feita pelos trabalhadores («aqueles que sempre nos exploraram e roubaram têm de pagar um preço muito mais elevado para essa reconstrução»), concluiu:

«Não é com os monopólios e os latifundiários que se constrói a democracia dos trabalhadores. A lei sindical, conforme com a vontade dos trabalhadores, e o plano de transição económico que se impõe, não estão dissociados na possibilidade de enfrentar o desemprego e de contribuir para o avanço do processo de democratização.»

Poder político e poder económico

Usou, em seguida, da palavra o representante dos electricistas, que apelou para a necessidade de o poder político passar a controlar o poder económico.

«É inadmissível que haja milhares de trabalhadores rurais sem emprego quando existem grandes extensões de terras incultas; inadmissível os milhares de trabalhadores da construção civil desempregados, quando há tanta gente vivendo em barracas ou em casas sem condições; não podemos admitir despedimentos nas fábricas de material electrónico, só porque as multinacionais decidiram palear a produção.»

E Ribeiro da Silva frisou que os interesses dos monopólios e latifúndios são irreconciliáveis com os da massa trabalhadora, pelo que é necessário aniquilar os primeiros para que se possa, efectivamente, construir uma verdadeira democracia.

«E, por isso», conclui, «que as medidas de carácter económico, que o Governo actualmente discute, têm de ser antimonopolistas e os autores dos despedimentos punidos severa e urgentemente.» E, mais adiante: «Da nossa parte, mais importante, é exigirmos a criação de novos empregos, e, enquanto lutamos por melhores salários, temos de combater, também, a alta do custo de vida.»

O orador terminou as suas palavras criticando a libertação de «conhecidos sabotadores da economia portuguesa», para reafirmar o apoio do operariado à legalidade revolucionária do M.F.A.

A unidade é a garantia da derrota dos que nos exploram

«Se os latifundiários, industriais e banqueiros, sabotam as actividades económicas, paralisam as empresas, inventam falências (refor-

çando as suas fortunas pessoais) e praticam a fuga de capitais — tudo isto com o objectivo de aumentar o desemprego e provocar o descontentamento social; se são presos por causa disto mesmo, os trabalhadores apoiam decididamente a prisão dos seus inimigos», começou por dizer Maria Filomena Carvalho Santo, do Sindicato dos Caixeiros, pedindo, em seguida, a condenação de todos os fascistas e directores beneficiários do regime depositado, que não devem ser «julgados com as leis que eles próprios fizeram». A oradora referiu, depois, a necessidade de o Plano Económico vir alterar radicalmente as actuais estruturas monopolistas e latifundiárias:

«Dada a profunda ligação que o sistema capitalista estabeleceu entre os grandes agrários, os grandes industriais, os grandes comerciantes e de todos estes com a banca e com os monopólios internacionais, não pode haver nenhuma intervenção eficaz sem a nacionalização dos sectores básicos da economia, nomeadamente a banca, companhias de seguros, indústrias de base, transportes, etc. Paralelamente, é fundamental a expropriação das terras aos grandes latifundiários e a intervenção directa do Estado nos circuitos de distribuição.»

E Maria Filomena, depois de acentuar que «a unidade é a garantia da derrota dos que nos exploram», procurou desmascarar a tentativa do capital para dividir os trabalhadores:

«Falhadas todas as suas tentativas de infiltração na classe trabalhadora, recorrem agora ao último expediente organizando meia dúzia de lacaio e vendidos em pequeníssimos sindicatos paralelos que, embora sem valor numérico, não deixarão de se apelar de «organismos de trabalhadores» e servir de quinta coluna na luta sindical. Não podem os trabalhadores conceber que a oportunidade lhes seja dada. E, neste caso, a lei o impeça. A vontade dos trabalhadores já foi expressa, inequivocamente, em reuniões nas fábricas, em plenários nas empresas, em assembleias gerais dos seus organismos de classe. Mais de 90 por cento dos trabalhadores sindicalizados votaram na unidade sindical.»

Não queremos leis «tapaburacos»

Também o representante do Sindicato dos Motoristas disse que aquele sector havia proclamado inequivocamente o princípio da unidade sindical. E, após ter denunciado certas manobras reacconárias levadas a cabo, dentro do seu sindicato, por «meia dúzia de motoristas» e «algumas dezenas de patrões», afirmou:

«Não hesitemos em pôr a nu aqueles «democratas» que nunca se pronunciaram com a sorte dos trabalhadores antes do 25 de Abril e que hoje são os intransigentes defensores do sindicalismo pluralista, com todas as potencialidades de serem a ponta de lança dos monopólios e do imperialismo na nossa Pátria.»

E, referindo-se à necessidade de leis democráticas no campo económico, disse, a terminar:

«Não queremos leis «tapaburacos», isto é, medidas que pretendam lavar a face suja do capitalismo e para melhor geri-lo. O capitalismo tem a face suja por natureza! Queremos, sim, que o plano económico de emergência, actualmente em discussão no Conselho de Ministros, seja efectivamente antimonopolista, que abra o caminho para uma verdadeira democracia. E democracia para nós significa não proclamar a liberdade como sinónimo de liberalismo, mas sim a liberdade e o direito de os trabalhadores serem os exclusivos beneficiários daquilo que produzem, e de os trabalhadores participarem directamente na resolução de problemas que lhes dizem respeito.

Pensamos que deveria ter sido dado a discutir o plano económico de emergência à classe trabalhadora através dos seus sindicatos, visto sermos nós os principais interessados no curso da democratização do País e da economia nacional. Ao Movimento das Forças Armadas, e às forças democráticas consequentes nunca é demais lembrar que se o fascismo é ainda um cadáver quente, os monopólios são a coramina que o fará renascer.»

Mais de um milhão de trabalhadores se pronunciou já a favor da unicidade

Falaram, depois, Américo Nunes, pelo Sindicato da Indústria Hoteleira, e José Gaspar, pelo Secretariado da Intersindical e pelo Sindicato dos Ferroviários, a que pertence. O primeiro, como os oradores anteriores e com argumentos muito semelhantes, defendeu a unicidade sindical e a necessidade de destruir monopólios e latifúndios, tendo, a propósito, referido casos concretos em que, no sector a que pertence, a entidade patronal ameaça o processo de democratização em curso.

José Gaspar, por seu turno, depois de frisar o papel primordial que cabe a organização sindical dos trabalhadores como classe social» (simultaneamente, produtora e explorada) deu numerosos concretos sobre a adesão da massa operária ao princípio de unidade defendida pela Intersindical:

«O projecto de lei das associações sindicais foi discutido por cento e oitenta sindicatos, em 109 localidades, em 138 assembleias gerais, em 58 assembleias de delegados sindicais, em 49 reuniões gerais de sócios, em 176 reuniões nas empresas, em 30 plenários locais e em 5 colóquios. Calcula-se em 1 milhão e 162 mil o número de trabalhadores filiados nos sindicatos que participaram na discussão. Outras sessões se realizaram entre sectores ainda em fase de arranque sindical e que abrangem vastas camadas da população activa do País, como os trabalhadores agrícolas e os pescadores, sendo o resultado manifestamente claramente favorável à unidade sindical. Apenas 5 sindicatos, representando menos de 40 mil trabalhadores, se pronunciaram contra ela, isto é, pela divisão do movimento sindical.»

O orador passou, então, a refutar os argumentos dos que defendem o pluralismo sindical, servindo-se — disse — da falta de consciência política da classe trabalhadora. E acentuou que «a Intersindical Nacional mais não compete neste momento do que reflectir com fidelidade o pensamento, as posições e as preocupações da maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses.»

Em seguida, ocupou-se da actual situação económica do País, ainda dominada pelos capitalistas, que perderam, no entanto, o poder político. Para acabar com esse domínio e consolidar as estruturas pré-democráticas, preconizou o orador a «unidade dos trabalhadores e das forças democráticas», e o «reforço da aliança do povo com o M.F.A.».

E, debruçando-se um pouco mais pormenorizadamente sobre a luta antimonopolista e antilatifundista, mencionou os programas do M.F.A. e do Governo Provisório, para, à sua luz, condenar a «crimínosa actuação do grande capital» nestes últimos oito meses e «verificar a urgência de concretização das medidas».